

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TALITA RAFAELA RIBEIRO SILVA

TRAÇOS DE PERSONALIDADE E ENDIVIDAMENTO REAL POR CRÉDITO
CONSIGNADO: Evidências Empíricas com Servidores Públicos Municipais.

UBERLÂNDIA

2026

TALITA RAFAELA RIBEIRO SILVA

**TRAÇOS DE PERSONALIDADE E ENDIVIDAMENTO REAL POR CRÉDITO
CONSIGNADO: Evidências Empíricas com Servidores Públicos Municipais.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Financeira.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia de Souza Costa

UBERLÂNDIA

2026

TALITA RAFAELA RIBEIRO SILVA

TRAÇOS DE PERSONALIDADE E ENDIVIDAMENTO REAL POR CRÉDITO
CONSIGNADO: Evidências Empíricas com Servidores Públicos Municipais.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Uberlândia-MG, 27 de fevereiro 2026.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Patrícia de Souza Costa – Orientadora
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Prof. Dr. Moises Ferreira da Cunha – Membro
Universidade Federal de Goiás – UFG

Profa. Dra. Neirilaine Silva de Almeida - Membro
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências
Contábeis

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1F, Sala 248 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG,
CEP 38400-902

Telefone: (34) 3291-5904 - www.ppgcc.facic.ufu.br - ppgcc@facic.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Ciências Contábeis				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, número 155 - PPGCC				
Data:	27 de fevereiro de 2026	Hora de início:	09:00 h	Hora de encerramento:	10:27h
Matrícula do Discente:	12412CCT016				
Nome do Discente:	Talita Rafaela Ribeiro Silva				
Título do Trabalho:	Relação entre endividamento por crédito consignado e traços de personalidade: Um estudo com servidores públicos do DMAE de Uberlândia				
Área de concentração:	Contabilidade e Controladoria				
Linha de pesquisa:	Controladoria				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	PPGCC04 - Contabilidade Internacional e Financeira				

Reuniu-se virtualmente, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, assim composta: Professores(as) Doutores(as) Neirilaine Silva de Almeida (UFU), Moisés Ferreira da Cunha (UFG) e Patrícia de Souza Costa, orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Patrícia de Souza Costa, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu a discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

APROVADA

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente

ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Patricia de Souza Costa, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/02/2026, às 20:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neirilaine Silva de Almeida, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/02/2026, às 20:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Moisés Ferreira da Cunha, Usuário Externo**, em 02/03/2026, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7056043** e o código CRC **795BA98E**.

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586
2026

Silva, Talita Rafaela Ribeiro, 1991-
Traços de Personalidade e Endividamento Real por Crédito
Consignado [recurso eletrônico] : Evidências Empíricas com
Servidores Públicos Municipais / Talita Rafaela Ribeiro Silva. -
2026.

Orientador: Patrícia de Souza Costa.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Ciências Contábeis.
Modo de acesso: Internet.
DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.273>
Inclui bibliografia.

1. Contabilidade. I. Costa, Patrícia de Souza, 1975-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Ciências
Contábeis. III. Título.

CDU: 657

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me conceder não apenas sonhar, mas a graça de realizar este objetivo. Pelo sustento diário, pela presença constante em minha caminhada e por ser a luz que iluminou os momentos de maior escuridão ao longo deste percurso. A Nossa Senhora, agradeço a intercessão e por enxugar cada uma das minhas lágrimas.

À minha orientadora, Profa. Dra. Patrícia de Souza Costa, deixo meu profundo reconhecimento pela disponibilidade, dedicação e seriedade com que conduziu esta orientação. À Profa. Jéssica Rayse de Melo Silva, minha gratidão pelo apoio técnico, pela parceria e pelos ensinamentos compartilhados, sempre com tanta generosidade. Para este trabalho, vocês foram fundamentais e, como pessoas, foram inspiração.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Moises Ferreira da Cunha (UFG) e Prof.^a Dra. Neirilaine Silva de Almeida (UFU), agradeço a disponibilidade e pelas contribuições qualificadas, que enriqueceram esta dissertação.

Ao Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), agradeço pela autorização e pela confiança depositadas para a realização deste estudo. E falando em DMAE, registro minha gratidão aos amigos que esta instituição me proporcionou; sem citar nomes, agradeço a todos que foram compreensivos, acolhedores e tornaram essa caminhada mais leve.

Aos amigos que a vida me deu, especialmente aqui em Uberlândia, agradeço pelo carinho e pela constante disposição em me acolher. Aos meus parceiros de caminhada, minha turma do mestrado, foi especial compartilhar essa experiência com vocês. Obrigada pelas trocas, pelo apoio e pela convivência ao longo dessa jornada.

À minha família, meu alicerce, agradeço pelas orações, pela compreensão diante das ausências e pelo amor que nos une. Aos meus sobrinhos Kim, Fael e Mamá, minha eterna gratidão por serem tão amorosos comigo; vocês me inspiram diariamente a ser uma pessoa melhor. E ao Rafael, agradeço pelo amor, pela parceria e pelo apoio constante. Sua presença, incentivo e escuta foram fundamentais nos momentos mais desafiadores deste percurso. Sem você, nada disso teria sido possível.

“Nada te perturbe, nada te espante; tudo passa,
Deus não muda. A paciência tudo alcança.
Quem a Deus tem nada lhe falta: só Deus
basta.”

(Santa Teresa de Ávila)

RESUMO

O endividamento no setor público, impulsionado pela facilidade do crédito consignado, demanda investigações que integrem fatores econômicos e comportamentais. O presente estudo analisou a relação entre o endividamento real (ER) por crédito consignado e os traços de personalidade entre servidores públicos, contrastando esses resultados com a atitude ao endividamento (AE). Realizou-se um estudo quantitativo e descritivo com 202 servidores do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) de Uberlândia, integrando dados objetivos de relatórios institucionais com dados coletados via questionário. A análise envolveu estatística descritiva, testes não paramétricos e modelos de regressão múltipla. Os resultados indicam que os traços de personalidade não apresentam associação estatisticamente significativa com o endividamento real, o qual foi explicado majoritariamente por fatores sociodemográficos ligados ao ciclo de vida. Em contrapartida, a personalidade mostrou-se significativamente associada à atitude ao endividamento, com a extroversão relacionando-se a uma maior propensão à dívida e a conscienciosidade a uma menor. Adicionalmente, a educação financeira mostrou-se associada a menores níveis tanto de dívida real quanto de predisposição psicológica. O estudo contribui ao evidenciar que o crédito consignado atua como um mecanismo de neutralização comportamental, onde as regras institucionais e a rigidez da margem consignável se sobrepõem aos impulsos da personalidade na materialização da dívida, embora os traços psicológicos continuem exercendo papel relevante na predisposição ao endividamento.

Palavras-chave: Endividamento; Crédito consignado; Finanças comportamentais; Traços de personalidade; Educação financeira.

ABSTRACT

Public sector indebtedness, driven by the ease of payroll-deductible credit, demands investigations that integrate economic and behavioral factors. The present study analyzed the relationship between real indebtedness (RI) through payroll-deductible credit and personality traits among public servants, contrasting these results with the attitude towards indebtedness (AI). A quantitative and descriptive study was conducted with 202 servants from the Municipal Department of Water and Sewage (DMAE) in Uberlândia, integrating objective data from institutional reports with data collected via a questionnaire. The analysis involved descriptive statistics, non-parametric tests, and multiple regression models. The results indicated that personality traits did not present a statistically significant association with real indebtedness, which was explained predominantly by sociodemographic factors linked to the life cycle. In contrast, personality showed a significant association with the attitude towards indebtedness, with Extraversion relating to a higher propensity for debt and Conscientiousness to a lower one. Additionally, financial literacy was associated with lower levels of both real debt and psychological predisposition. The study contributes by evidencing that payroll-deductible credit acts as a behavioral neutralization mechanism, where institutional rules and the rigidity of the consignable margin override personality impulses in the materialization of debt, although psychological traits continue to play a relevant role in the predisposition to indebtedness.

Keywords: Indebtedness; Payroll-deductible credit; Behavioral finance; Personality traits; Financial literacy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Alinhamento entre objetivos e hipóteses	23
Quadro 2 - Estrutura e fontes do questionário aplicado	26
Quadro 3 - Descrição das variáveis	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição do perfil demográfico.....	30
Tabela 2 - Distribuição do perfil financeiro.....	31
Tabela 2 - Distribuição do perfil financeiro (continuação).....	32
Tabela 3 - Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas e construtos.....	33
Tabela 4 - Correlação de Spearman.....	36
Tabela 5 - Estatísticas descritivas para o endividamento real (ER), segundo o grupo de educação financeira	38
Tabela 6 - Estatísticas descritivas para a atitude ao endividamento (AE), segundo o grupo de educação financeira.	39
Tabela 7 - Modelo de Regressão: Endividamento Real (ER).....	40
Tabela 8 - Teste de sensibilidade: Atitude ao endividamento (AE).....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANAJUSTRA	Associação Nacional dos Servidores do Judiciário Federal
BCB	Banco Central do Brasil
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
DMAE	Departamento Municipal de Água e Esgoto
IBEDEC	Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEC	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
OECD	<i>Organisation for Economic Co-operation and Development</i>
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
SINTRASP	Sindicato dos Servidores Municipais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 ENDIVIDAMENTO E CRÉDITO CONSIGNADO NO SETOR PÚBLICO	14
2.2 FINANÇAS COMPORTAMENTAIS	16
2.3 TRAÇOS DE PERSONALIDADE	18
2.4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA	22
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	24
3.1 COLETA DE DADOS	25
3.2 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	27
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	30
4.1 ANÁLISE DESCRITIVA E CORRELAÇÕES	30
4.2 ANÁLISES COMPARATIVAS (TESTES NÃO PARAMÉTRICOS).....	37
4.3 MODELO DE REGRESSÃO	39
4.4 TESTE DE SENSIBILIDADE: ATITUDE AO ENDIVIDAMENTO (AE)	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICE A - Questionário de pesquisa.....	54
APÊNDICE B - Testes diagnósticos e tabelas complementares	59

1 INTRODUÇÃO

O cenário econômico no Brasil é marcado por uma conjuntura de juros elevados e inflação persistente, o que tem exigido maior cautela por parte dos consumidores na gestão de suas finanças (Amorim, 2025). A Confederação Nacional do Comércio (CNC) identificou, por meio da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), que em julho de 2025, 78,5% das famílias brasileiras afirmaram possuir dívidas (CNC, 2025). Especificamente o funcionalismo público, segundo levantamento divulgado pela Associação Nacional dos Servidores do Judiciário Federal (ANAJUSTRA), com base em dados do Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo (IBEDEC), cerca de 70% dos servidores públicos ativos no Brasil enfrentam algum tipo de endividamento. A ANAJUSTRA destaca que esse quadro deve ser compreendido como consequência direta de políticas públicas ineficazes, inflação acumulada e ausência de suporte à saúde mental e financeira (ANAJUSTRA, 2025).

Nesse contexto econômico, as instituições financeiras ofertam diversas modalidades de crédito com o propósito de suprir insuficiências de caixa em prazos curtos e médios, atendendo às demandas imediatas de consumo (Neto, 2021). Ferreira (2018) destaca que tais modalidades são frequentemente acionadas pelos indivíduos para lidar com despesas inesperadas. Entre as opções mais comuns de crédito utilizadas pela população, encontram-se o empréstimo pessoal, o empréstimo com garantia, o crédito consignado, o cartão de crédito e o cheque especial, conforme dados do Banco Central do Brasil (BCB, 2018).

O crédito consignado consolidou-se como a modalidade predominante entre servidores públicos, impulsionado pela estabilidade do vínculo empregatício que, ao mitigar o risco para as instituições financeiras, garante acesso facilitado e taxas de juros reduzidas em comparação ao mercado (Flores, Vieira e Coronel, 2012). No entanto, essa aparente vantagem econômica carrega riscos estruturais: segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (2021), a ausência de uma análise de risco mais rigorosa favorece o comprometimento excessivo da renda, o que, embora mantenha a inadimplência do consignado baixa, frequentemente resulta no não pagamento de outras despesas essenciais. Flores, Vieira e Coronel (2012) alertam que tal facilidade pode induzir à tomada de decisões financeiras pouco refletidas e ao acúmulo de dívidas sem planejamento, evidenciando que a estabilidade funcional não elimina a vulnerabilidade a fatores comportamentais na gestão dos recursos.

Diante desse cenário, diferentes áreas do conhecimento, como a psicologia, a economia e as finanças comportamentais, têm intensificado as investigações sobre o comportamento dos indivíduos no que se refere às decisões financeiras relacionadas a atos de compra, venda,

consumo, poupança e endividamento (Mallmann *et al.*, 2009). De acordo com Parise e Peijnenburg (2017), elementos subjetivos e comportamentais influenciam diretamente o modo como os indivíduos administram suas finanças. Entre esses, os autores destacam os traços de personalidade, que ajudam a explicar diferenças nos padrões de consumo, poupança e uso do crédito (Parise; Peijnenburg, 2017).

De acordo com estudos como o de Li *et al.* (2024), Ali, Tauni e Ali (2022) e Sarwar *et al.* (2020), a classificação mais amplamente aceita em relação a traços de personalidade é o modelo *Big-Five*. Nesse modelo, os cinco grandes traços de personalidade são extroversão, neuroticismo, socialização/amabilidade, realização/conscienciosidade e abertura à experiência (Silva; Nakano, 2011). Para Pacheco (2017), o estudo da personalidade tem como finalidade compreender o comportamento, a fim de possibilitar a previsão das ações dos indivíduos em situações futuras. Segundo essa autora, entre as possíveis implicações dos traços de personalidade, destaca-se a tendência de variação na propensão ao endividamento, também chamada de atitude ao endividamento, entre os indivíduos.

Pesquisas anteriores analisaram o comportamento financeiro de servidores públicos, com ênfase em profissionais de instituições federais de ensino superior. Nesse contexto, Gonçalves (2021) examinou como o uso recorrente do crédito consignado contribui para o comprometimento da renda mensal, identificando esse instrumento como uma das principais causas do endividamento. No mesmo ambiente universitário, Silva e Gois (2021) apontam a prevalência do crédito com desconto em folha entre servidores de diferentes categorias funcionais. Em âmbito nacional, Bruno e Gentil (2022) analisam o endividamento dos servidores públicos, discutindo o papel das práticas institucionais e da ampliação da margem consignável na consolidação de um modelo estrutural de dívida. Sob a perspectiva comportamental, Flores, Vieira e Coronel (2012) investigaram a influência da percepção de risco na propensão ao endividamento entre servidores da UFSM. Já Pacheco, Campara e Costa Jr. (2018) analisaram os fatores que influenciam a atitude ao endividamento e o conhecimento financeiro na UFSC, indicando que servidores usuários de crédito consignado tendem a apresentar maior propensão ao endividamento.

Contudo, a literatura adverte para a importância de distinguir a predisposição psicológica da efetiva contratação de dívidas (Davies; Lea, 1995). Enquanto o endividamento real reflete o comportamento consumado, a atitude ao endividamento captura a propensão ou aceitação do indivíduo frente ao crédito (Neto *et al.* 2017). Dessa forma, torna-se relevante investigar se os traços de personalidade influenciam esses dois aspectos de maneira distinta, especialmente no contexto do crédito consignado, modalidade marcada por mecanismos

institucionais específicos, como o desconto automático em folha de pagamento e a existência de um limite legal de comprometimento da renda (Flores; Vieira; Coronel, 2012; Bruno; Gentil, 2022).

O presente estudo propõe-se a contribuir para essa discussão ao relacionar o endividamento por crédito consignado — obtido por meio de relatório fornecido pela própria instituição, sem depender da percepção dos respondentes — com os traços de personalidade, incorporando também as perspectivas de atitude ao endividamento e educação financeira. A pesquisa se diferencia por analisar o desconto automático em folha, referente a crédito consignado, aqui denominado endividamento real, adotando como campo de investigação o Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) de Uberlândia. A escolha justifica-se por ampliar a análise para a esfera municipal e por permitir a investigação em um quadro funcional heterogêneo, cujos servidores integram a administração indireta e estão submetidos ao regime jurídico e às normas de gestão de pessoal, incluindo as regras específicas do município de Uberlândia aplicáveis à consignação em folha de pagamento.

Nesse sentido, formula-se a seguinte questão de pesquisa: **Qual é a relação entre os traços de personalidade e o endividamento por crédito consignado entre servidores públicos?** O objetivo geral é analisar a relação entre endividamento por crédito consignado e traços de personalidade entre servidores públicos.

Para alcançar esse propósito, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos:

- Investigar a relação entre o endividamento real por crédito consignado e a atitude ao endividamento;
- Investigar a relação entre os traços de personalidade e o endividamento real por crédito consignado;
- Investigar se o nível de educação financeira distingue os grupos de indivíduos tanto em relação ao endividamento real quanto à atitude ao endividamento.

A pesquisa busca contribuir para o avanço das discussões acadêmicas sobre o comportamento financeiro no setor público, ao integrar aspectos econômicos, cognitivos e psicossociais, inovando ao confrontar a predisposição comportamental com dados objetivos de endividamento real, o que permite distinguir a disposição psicológica ao crédito de sua efetiva materialização em contextos institucionais regulados, como o crédito consignado. Tal perspectiva pode favorecer o delineamento de políticas públicas mais eficazes, a prevenção do superendividamento no âmbito do funcionalismo público municipal, além de estimular a autorreflexão dos respondentes acerca de seus hábitos financeiros, a partir da aplicação do questionário (Apêndice A).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ENDIVIDAMENTO E CRÉDITO CONSIGNADO NO SETOR PÚBLICO

O endividamento pode ser definido como o processo de aquisição de dívidas, caracterizado pela realização de compras com pagamento postergado, seja por falta de recursos financeiros ou pela escolha de não utilizar o recurso disponível no momento da compra (Minella *et al.*, 2017). Nesse contexto, o termo “crédito” refere-se a um acordo no qual dinheiro, mercadorias ou serviços são recebidos em troca da promessa de pagamento em uma data futura, geralmente com cobrança de juros (Garman; Forgue, 2008).

Segundo Alves e Carvalho (2020), o crédito representa uma alternativa viável para a aquisição imediata de bens que exigiriam um longo período de poupança; contudo, pode se configurar como um mecanismo que leva o indivíduo a consumir além de sua capacidade financeira, visto que o acesso facilitado tende a ocultar a dimensão real da dívida. Cabe aqui frisar a distinção conceitual entre o endividamento e o superendividamento. Enquanto o endividamento refere-se ao compromisso financeiro assumido, que pode ser planejado e saudável para a aquisição de bens (Alves; Carvalho, 2020), o superendividamento caracteriza-se pela impossibilidade manifesta de o consumidor pagar a totalidade de suas dívidas de consumo sem comprometer seu mínimo existencial, conforme disciplinado no Brasil pela Lei nº 14.181 (Brasil, 2021).

De acordo com o IDEC (2021), a fim de facilitar o acesso dos consumidores a crédito com custo reduzido, foi instituída no Brasil a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que regula as operações de empréstimo consignado. O Banco Central (2023) conceitua o crédito consignado como 'empréstimo com desconto em folha', no qual a prestação é descontada diretamente do salário, da aposentadoria ou da pensão pela fonte pagadora. Em virtude desse mecanismo, que assegura baixo risco de inadimplência, as taxas de juros praticadas são inferiores à média das demais modalidades de crédito disponíveis no país (IDEC, 2021).

De acordo com Leão, Fernandes e Martins (2016), há uma alta adesão ao crédito consignado entre funcionários do setor público. A estabilidade no vínculo empregatício desses profissionais é vista como um fator de menor risco de inadimplência para as instituições financeiras. Guimarães, Gonçalves e Miranda (2015) ressaltam que eles, os servidores públicos, tornaram-se um alvo preferencial para bancos e instituições financeiras.

Macedo (2023), ao analisar o nível de endividamento dos servidores públicos da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), identificou diversos fatores que

contribuem para a contratação de créditos consignados. Entre eles, destaca-se o contexto econômico adverso intensificado pela pandemia de COVID-19, responsável por aumentos expressivos na inflação entre 2020 e 2022, com efeitos diretos sobre o custo de vida e o poder de compra. O autor ressalta ainda a ausência de reajustes salariais significativos no período, resultando em perdas consideráveis no poder aquisitivo dos servidores federais. Outro aspecto destacado por Macedo (2023) foi a ampliação da margem consignável, estabelecida pela Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, que elevou o limite de comprometimento da remuneração de 35% para 45%, destinando 5% especificamente à amortização de dívidas de cartão de crédito. Tal medida, somada ao assédio comercial praticado pelas instituições financeiras, intensifica a demanda por crédito e pode comprometer a saúde financeira e emocional dos servidores.

O cenário econômico observado na esfera federal reflete-se no contexto municipal de Uberlândia. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que a inflação acumulada entre janeiro de 2019 e dezembro de 2024, medida pelo IPCA, atingiu 39,43%. Esse índice contrasta com a realidade salarial local, uma vez que, apesar do pleito do Sindicato dos Servidores Municipais (SINTRASP) por uma recomposição de 37,5% em 2024, o reajuste efetivamente concedido pela Prefeitura foi de apenas 4% (Diário de Uberlândia, 2024). No que tange à regulamentação, o Decreto Municipal nº 20.080, de 13 de dezembro de 2022, alterou o Decreto nº 17.101 de 2017. Embora tenha mantido o limite de 40% para consignações facultativas, a nova normativa ampliou o prazo máximo de pagamento de 120 para 144 parcelas, mudança que possibilita a contratação de valores mais elevados e estende o tempo de endividamento.

Bruno e Gentil (2022), analisaram, com base em dados do Banco Central do Brasil, a evolução do crédito consignado direcionado ao funcionalismo público a partir de 2012. Esses autores observam uma trajetória de crescimento contínuo na contratação dessa modalidade de crédito, com destaque para um aumento mais expressivo a partir de 2016. Além disso, apontam que o período da pandemia (2020/2021) contribuiu significativamente para a aceleração desse processo. Nesse cenário, é importante destacar que, segundo a OECD - *Organisation for Economic Co-Operation and Development* (2020), o aumento do consumo e do acesso ao crédito resultou em consequências como o crescimento do endividamento e o comprometimento insustentável do orçamento familiar, uma vez que não foi acompanhado por uma educação financeira adequada.

Além das condições de oferta de crédito e do contexto macroeconômico, a literatura aponta que o perfil do servidor desempenha papel relevante. Flores, Vieira e Coronel (2013),

ao estudarem servidores de uma universidade federal, destacam que variáveis de perfil, como estado civil e idade, influenciam a percepção de risco e a propensão ao endividamento, sugerindo que servidores mais estáveis tendem a ser mais conservadores.

No mesmo sentido, Pacheco, Campara e Costa Jr. (2018) sistematizam que características individuais e do ciclo de vida — tais como idade, gênero, escolaridade e renda — possuem relações esperadas com o nível de dívida e com o conhecimento financeiro, atuando como determinantes estruturais do comportamento de consumo dos servidores públicos.

Embora tais características contribuam para explicar diferenças de endividamento, a literatura também reconhece que resultados financeiros não decorrem apenas de fatores estruturais. Huston (2010) destaca que fatores adicionais, como impulsividade, vieses comportamentais, preferências atípicas ou condições externas, também influenciam o que pode ser visto como uma decisão financeira inadequada.

2.2 FINANÇAS COMPORTAMENTAIS

O estudo de Pacheco, Campara e Costa Jr. (2018), aponta que as finanças comportamentais surgiram na década de 1970 com base nos estudos de Tversky e Kahneman, mas só se consolidaram como campo de estudo no final dos anos 1980 e início dos 1990. Esse avanço ocorreu diante do enfraquecimento da teoria moderna de finanças de Markowitz, que já não explicava adequadamente o comportamento, por vezes irracional, do mercado. Assim, as finanças comportamentais passaram a buscar explicações na subjetividade humana, propondo um novo modelo teórico mais consistente (Pacheco, Campara e Costa Jr., 2018).

Segundo Costa *et al.* (2009), as finanças comportamentais constituem uma vertente da psicologia econômica e da economia comportamental voltada ao estudo do comportamento dos mercados financeiros, incorporando aspectos psicológicos às análises, mas sem desconsiderar os pressupostos da teoria econômica tradicional. O seu propósito, segundo Freitas e Wilhelm (2013), é revisar e ampliar as teorias tradicionais ao incorporar o estudo do comportamento humano e dos fatores que influenciam a tomada de decisões. Shefrin (2001) ressalta que um dos méritos das finanças comportamentais está em aproximar a teoria econômica da realidade, ao incorporar conhecimentos da psicologia para entender como os indivíduos realmente tomam decisões. No entanto, ele também aponta uma limitação: apesar da existência de numerosos estudos e modelos aplicados, ainda não há uma teoria unificada que consolide o campo das finanças comportamentais.

De acordo com a Teoria da Utilidade Esperada, formulada por Bernoulli (1954), mesmo em contextos de incerteza, indivíduos racionais tenderiam a tomar decisões de forma objetiva, considerando todas as informações disponíveis e reagindo conforme preferências bem definidas seriam simétricos (Kahneman; Tversky, 1979). Essa teoria parte do pressuposto de que os comportamentos frente a perdas e ganhos seriam simétricos (Lima, 2003). Em contraposição a essa lógica, Kahneman e Tversky desenvolveram, em 1979, a Teoria do Prospecto (*Prospect Theory*), considerada o principal marco das finanças comportamentais e um referencial fundamental no campo da tomada de decisão (Lima, 2003). Essa teoria introduz a noção de que os indivíduos apresentam aversão à perda: tendem a evitar riscos quando se trata de ganhos, mas mostram-se mais propensos ao risco diante da possibilidade de perdas, evidenciando que o comportamento decisório pode refletir diferentes estados mentais que influenciam significativamente o processo decisório (Kahneman; Tversky, 1979).

O foco de estudos das finanças comportamentais consiste em identificar como emoções e vieses cognitivos — tais como aversão à perda, excesso de confiança, otimismo ou pessimismo exacerbados e reações exageradas a novidades — afetam o processo decisório e provocam alterações nos mercados (Halfeld; Torres, 2001). No âmbito específico do endividamento, Campara, Vieira e Ceretta (2016) indicam que as finanças comportamentais influenciam o endividamento por meio da atitude financeira e do comportamento de compra compulsiva. Atitudes financeiras positivas, como evitar gastos excessivos e valorizar o planejamento, reduzem a propensão ao endividamento. Em contrapartida, a impulsividade nas compras, característica de compradores compulsivos, aumenta a vulnerabilidade à dívida devido à falta de controle e de planejamento financeiro.

Segundo Neto *et al.* (2017), a atitude ao endividamento é definida como uma predisposição aprendida que leva o indivíduo a responder de uma maneira consistente, favorável ou desfavorável, diante de situações de uso do endividamento. Os autores indicam ainda que consumidores com atitudes mais favoráveis em relação ao crédito tendem a apresentar maior propensão a contrair dívidas.

Segundo Pacheco, Campara e Costa Júnior (2018), a literatura aponta uma correlação entre a atitude ao endividamento e o endividamento propriamente dito, indicando que, diante da dificuldade de evitar dívidas, os indivíduos tendem a adaptar suas atitudes, tornando-se mais tolerantes a essa condição. Em contraponto, Davies e Lea (1995) chamam a atenção para a distinção entre os conceitos, uma vez que ter uma atitude favorável ao endividamento não significa necessariamente estar endividado, da mesma forma que uma atitude desfavorável não assegura a ausência de dívidas.

Ainda que a atitude ao endividamento não implique necessariamente a materialização da dívida, estudos empíricos, como os de Neto et al. (2017) e Pacheco, Campara e Costa Júnior (2018), sugerem que indivíduos mais tolerantes ao uso do crédito tendem a apresentar maiores níveis de endividamento. Nesse sentido, a fim de examinar a associação entre essas duas dimensões no contexto do crédito consignado, propõe-se a primeira hipótese:

H1: Existe uma associação positiva entre o endividamento real por crédito consignado e a atitude ao endividamento.

2.3 TRAÇOS DE PERSONALIDADE

Considerando que fatores psicológicos influenciam o processo decisório, as finanças comportamentais investigam a personalidade dos agentes por assumirem que características individuais conduzem a padrões distintos de escolhas econômicas. Para Brown e Taylor (2014), tanto em nível individual quanto familiar, os traços de personalidade exercem influência significativa sobre a tomada de decisões financeiras, especialmente naquelas relacionadas à gestão de ativos e à aquisição de dívidas.

Traços de personalidade devem ser definidos como dimensões de diferenças individuais em padrões de pensamentos, sentimentos e ações (McCrae; Costa, 1987). A personalidade, em específico, diz respeito às características psicológicas humanas que permanecem relativamente constantes e que podem ser deduzidas a partir de padrões distintos de atitudes, emoções, comportamentos e hábitos, os quais diferenciam os indivíduos entre si (Goldberg, 1993).

Esses traços representam construtos que permitem sintetizar, antecipar e interpretar o comportamento dos indivíduos, partindo da premissa de que existe um mecanismo interno responsável pela regulação das ações humanas (Silva; Nakano, 2011). Conforme argumentam McCrae e Costa (1987), tais características tendem a apresentar estabilidade ao longo do tempo, embora não sejam invariáveis, podendo sofrer influência de fatores motivacionais, afetivos e comportamentais.

De acordo com estudos como o de Li *et al.* (2024), Ali, Tauni e Ali (2022) e Sarwar *et al.* (2020), a classificação mais amplamente aceita em relação a traços de personalidade é o modelo Big-Five, também conhecido como Modelo dos Cinco Grandes Fatores (*Big Five Personality Traits*) (Goldberg, 1993). O estudo de Pacheco, Campara e Costa Jr. (2018), destaca esse modelo como sendo consistente e replicável ao descrever as dimensões humanas.

Nesse modelo, os cinco grandes fatores de personalidade são denominados como: extroversão, neuroticismo, amabilidade (ou socialização), conscienciosidade (ou realização) e

abertura à experiência, correspondendo a dimensões amplas e contínuas da personalidade humana (Silva; Nakano, 2011).

O fator extroversão está relacionado à intensidade e à frequência das interações interpessoais, bem como ao nível de atividade dos indivíduos (Passos, 2014). Esse traço descreve a forma como as pessoas interagem socialmente, revelando satisfação nessas interações e o grau de comunicabilidade que demonstram (Nunes; Noronha, 2009). Indivíduos com escores elevados em extroversão tendem a ser enérgicos, otimistas, afetuosos e comunicativos, enquanto escores baixos indicam tendência à introversão, marcada por reserva, independência e distanciamento (Hutz *et al.*, 1998). Essa dimensão refere-se, portanto, ao modo como o indivíduo lida com suas relações interpessoais, sendo que os extrovertidos geralmente se mostram afirmativos, sociáveis e gregários, ao passo que os introvertidos são mais quietos e tímidos (Santos *et al.*, 2023).

Segundo Borghans *et al.* (2008), a extroversão abrange cordialidade, sociabilidade, assertividade, dinamismo, busca por excitação, emoções positivas e otimismo. Greene, Shy e Stavins (2023) complementam ao destacar que indivíduos extrovertidos tendem a ser consumidores mais atentos, com maior probabilidade de buscar ofertas, mas também apresentam propensão a comportamentos que podem levar ao endividamento como no uso do cartão de crédito.

O fator neuroticismo refere-se ao grau de ajustamento emocional e estabilidade afetiva (Nunes; Noronha, 2009). Caracteriza indivíduos que tendem a experimentar emoções negativas de forma intensa e a apresentar dificuldade em lidar de maneira adaptativa com situações estressantes (Passos, 2014). Altos níveis de neuroticismo estão associados à ansiedade, depressão, impulsividade, autocrítica, comportamento hostil e baixa tolerância à frustração e em contrapartida, pessoas com maior estabilidade emocional tendem a ser mais calmas e seguras em suas relações e decisões (Hutz *et al.*, 1998).

Segundo Borghans *et al.* (2008), o neuroticismo envolve facetas como tendência à raiva, propensão à depressão, baixa capacidade de autocontrole, impulsividade e vulnerabilidade emocional. Greene, Shy e Stavins (2023) acrescentam que esse traço está fortemente ligado a tendências de ansiedade e depressão, fatores que podem impactar diretamente no modo como os indivíduos administram suas finanças.

O fator amabilidade, também denominado socialização, avalia a qualidade das relações interpessoais, com ênfase no interesse pelo bem-estar dos outros (Nunes; Noronha, 2009) e na capacidade de estabelecer vínculos amigáveis (Passos, 2014). Indivíduos com altos escores tendem a apresentar comportamentos generosos, cooperativos e solidários, enquanto aqueles

com baixos escores podem ser mais cínicos, irritadiços, rudes e pouco colaborativos (Hutz *et al.*, 1998). Diferentemente da extroversão, que se refere ao modo como o indivíduo se coloca socialmente, a amabilidade está relacionada à disposição em aceitar e considerar as ideias e necessidades alheias (Santos *et al.*, 2023).

Segundo Borghans *et al.* (2008), a amabilidade compreende dimensões como confiança, franqueza, altruísmo, cooperação, modéstia e sensibilidade ética. Greene, Shy e Stavins (2023) observam que indivíduos mais amáveis, por sua tendência à compaixão e confiança nos outros, podem ser mais suscetíveis à influência da publicidade e à pressão social, o que os torna mais propensos a assumir dívidas.

A conscienciosidade, também denominada realização, corresponde ao nível de organização, autodisciplina, persistência e motivação para o alcance de metas (Nunes; Noronha, 2009). Indivíduos com altos escores tendem a seguir normas, controlar impulsos e manter o foco em seus objetivos (Passos, 2014). Pessoas conscienciosas são geralmente organizadas, confiáveis, perseverantes e meticolosas, enquanto baixos níveis nesse traço estão associados a comportamentos desorganizados, negligentes e pouco confiáveis (Hutz *et al.*, 1998). Essa dimensão envolve a noção de responsabilidade e confiabilidade, indicando o grau em que o indivíduo consegue se manter disciplinado e focado (Santos *et al.*, 2023).

Segundo Borghans *et al.* (2008), a conscienciosidade abrange competência, organização, senso de dever, esforço pessoal, autodisciplina e capacidade de deliberar antes de agir. Greene, Shy e Stavins (2023) destacam que esse traço é um indicativo de autocontrole e melhor planejamento financeiro, estando associado à maior probabilidade de possuir conta bancária, cartão de crédito e de pagar integralmente as faturas dentro do prazo.

O fator abertura à experiência está vinculado à disposição para explorar novas ideias, sentimentos e vivências (Nunes; Noronha, 2009). Indivíduos com altos escores nesse traço tendem a ser criativos, curiosos, imaginativos e liberais, revelando um amplo leque de interesses (Passos, 2014). Por outro lado, pessoas com baixos níveis de abertura geralmente são mais rígidas em suas crenças, conservadoras em suas preferências, dogmáticas e menos receptivas à experimentação cognitiva e emocional (Hutz *et al.*, 1998). Essa dimensão envolve características como pensamento flexível, imaginação, interesse cultural e disposição para novas experiências (Hutz *et al.*, 1998).

Segundo Borghans *et al.* (2008), a abertura à experiência compreende facetas como fantasia, apreciação estética, sensibilidade a sentimentos, interesse por ideias e novos valores. Greene, Shy e Stavins (2023) observam que indivíduos mais abertos estão mais suscetíveis a manter dívidas em cartão de crédito, evidenciando maior propensão ao risco financeiro.

Brown e Taylor (2014) examinaram a relação entre os traços de personalidade e a situação financeira das famílias, identificando que determinados traços estão significativamente associados ao volume de dívidas não garantidas. A análise demonstra que a influência ocorre de maneira distinta conforme o tipo de endividamento, sendo que a extroversão está positivamente relacionada à probabilidade de possuir dívidas no cartão de crédito, enquanto a conscienciosidade apresenta associação negativa com essa modalidade.

No contexto brasileiro, Camargo e Domingos (2021) reforçam essa perspectiva ao identificarem a conscienciosidade como o traço predominante em sua amostra, associado majoritariamente a um perfil financeiro equilibrado e com baixa incidência de endividamento. Esse achado corrobora a função desse traço como um mecanismo de controle e organização financeira. O estudo também apontou a abertura à experiência como um traço relevante, associado à busca por novidades, o que pode predispor determinados grupos ao consumo e ao endividamento.

Complementarmente, Pacheco, Campara e Costa Jr. (2018) identificaram que os traços extroversão e conscienciosidade influenciam a atitude em relação ao endividamento de servidores públicos. Especificamente, servidores com elevado grau de extroversão e baixa conscienciosidade demonstram maior propensão a adotar atitudes favoráveis ao endividamento, reforçando o papel desses traços como determinantes do comportamento financeiro.

Diante desse quadro, observa-se uma consistência teórica na literatura quanto aos papéis antagônicos da extroversão e da conscienciosidade. Considerando as evidências empíricas que associam a extroversão a maior predisposição ao consumo e a conscienciosidade a comportamentos financeiros mais controlados, propõe-se verificar se esses padrões comportamentais se mantêm determinantes para o endividamento real por crédito consignado.

Com base nesses pressupostos, apresentam-se as hipóteses específicas para estes traços:

H2a: A extroversão está positivamente associada ao endividamento real por crédito consignado.

H2b: A conscienciosidade está negativamente associada ao endividamento real por crédito consignado.

Em contrapartida, traços como amabilidade, neuroticismo e abertura à experiência apresentam resultados mistos e inconclusivos na literatura financeira (Brown; Taylor, 2014), não permitindo o estabelecimento adequado sobre a direção de suas associações com o endividamento. Por essa razão, optou-se por incluir essas variáveis no modelo de forma exploratória, sem a formulação de hipóteses direcionais prévias.

2.4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

De acordo com a OECD (2020), a educação financeira pode ser compreendida como um processo contínuo em que os consumidores e investidores ampliam sua compreensão acerca de produtos, conceitos e riscos financeiros e, a partir de informações, desenvolvem habilidades e confiança para reconhecer riscos e oportunidades, realizar escolhas mais conscientes e adotar práticas que favoreçam a melhoria de seu bem-estar financeiro.

A importância de desenvolver tais competências é ressaltada por Flores, Vieira e Coronel (2013), ao afirmarem que um nível satisfatório de educação financeira é fundamental para que os indivíduos possam avaliar os impactos reais de suas decisões ao longo da vida. Nesse sentido, o Banco Central do Brasil (2009) reforça a relevância do tema ao apontar que o conhecimento básico protege os cidadãos contra práticas mal-intencionadas e evita atitudes financeiramente irresponsáveis. Segundo o órgão, as competências essenciais para o uso adequado do crédito incluem entender o funcionamento do mercado e a influência dos juros, consumir de forma consciente para evitar a compulsão, planejar o orçamento familiar e compreender a poupança como mecanismo de concretização de projetos, proteção contra imprevistos, e ainda, a capacidade de manter uma boa gestão financeira pessoal.

Para viabilizar essa gestão, Pires (2006) destaca que a contabilidade atua como uma ferramenta eficaz de suporte à tomada de decisão. Marangoni (2017) corrobora essa visão ao afirmar que o controle contábil exerce função de ordenamento essencial tanto na gestão de negócios quanto na administração das finanças domésticas.

No contexto nacional, a pertinência da aplicação desses conceitos ao setor público é analisada por Silva (2019), que analisou servidores da Universidade Federal do Ceará, com foco na relação entre o nível de educação financeira e a capacidade de gestão de dívidas. Assim como Silva (2019), Claudino *et al.* (2009) apontam uma correlação negativa entre o grau de endividamento e o nível de educação financeira entre os servidores públicos, indicando que níveis mais elevados de dívida estão associados a um conhecimento mais limitado em relação às finanças pessoais.

Em âmbito global, a pesquisa conduzida por Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015), foi desenhada com o intuito de avaliar o conhecimento financeiro básico a partir de conceitos essenciais como diversificação de risco, inflação, juros simples e juros compostos. O estudo de referência entrevistou mais de 150 mil adultos em mais de 140 países e evidenciou níveis reduzidos de conhecimento em escala global: apenas 33% dos adultos demonstraram domínio

satisfatório. Nesse cenário, o Brasil ocupou a 67ª posição no *ranking*, situando-se atrás de países com menor desenvolvimento econômico, como Madagascar, Togo e Zimbábue.

Ainda segundo os critérios estabelecidos por Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015), considera-se que um indivíduo possui educação financeira satisfatória quando é capaz de responder corretamente a pelo menos três dos quatro conceitos fundamentais testados. Entre os temas avaliados globalmente, aritmética e inflação apresentaram os maiores índices de acerto, enquanto a diversificação de risco revelou-se o conceito com menor grau de compreensão entre os respondentes.

Adotando-se esses mesmos critérios de classificação, e considerando os aspectos particulares desta pesquisa — que distingue a predisposição psicológica ao endividamento de sua materialização objetiva no contexto do crédito consignado —, investiga-se se o nível de educação financeira diferencia os grupos de indivíduos tanto em relação ao endividamento real quanto à atitude ao endividamento. Nesse aspecto, propõe-se as hipóteses:

H3a: Indivíduos com educação financeira satisfatória apresentam menor endividamento real em comparação ao grupo insatisfatório.

H3b: Indivíduos com educação financeira satisfatória apresentam menor Atitude ao Endividamento em comparação ao grupo insatisfatório.

De forma a sintetizar as hipóteses apresentadas ao longo do referencial teórico e associá-las aos objetivos específicos propostos neste estudo, bem como descreve o alinhamento entre as hipóteses a serem testadas, apresenta-se o Quadro 1:

Quadro 1 - Alinhamento entre objetivos e hipóteses

Objetivos Específicos	Hipóteses de Pesquisa Associadas
1- Investigar a relação entre o endividamento real por crédito consignado e a atitude ao endividamento	H1: Existe uma associação positiva entre o endividamento real por crédito consignado e a atitude ao endividamento.
2- Investigar a relação entre os traços de personalidade e o endividamento real por crédito consignado.	H2a: A extroversão está positivamente associada ao endividamento real por crédito consignado. H2b: A conscienciosidade está negativamente associada ao endividamento real por crédito consignado.
3 - Investigar se o nível de educação financeira distingue os grupos de indivíduos tanto em relação ao endividamento real quanto à atitude ao endividamento.	H3a: Indivíduos com educação financeira satisfatória apresentam menor endividamento real em comparação ao grupo insatisfatório. H3b: Indivíduos com educação financeira satisfatória apresentam menor Atitude ao Endividamento em comparação ao grupo insatisfatório.

Fonte: A autora (2026).

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa adotou uma abordagem quantitativa de caráter descritivo. A natureza quantitativa justifica-se pelo emprego de procedimentos estatísticos para a coleta, tratamento e análise dos dados, permitindo mensurar as variáveis e testar as hipóteses por meio de técnicas como correlação, testes de comparação de grupos e regressão linear múltipla.

Quanto aos objetivos, o estudo caracteriza-se como descritivo. As pesquisas quantitativo-descritivas consistem em investigações empíricas voltadas a delinear características de fenômenos, identificar padrões e analisar associações entre variáveis observáveis (Lakatos; Marconi, 2021). No presente estudo, esse delineamento materializa-se na caracterização do perfil sociodemográfico e financeiro dos respondentes, bem como na mensuração dos traços de personalidade, do nível de educação financeira e de endividamento.

Adicionalmente, as pesquisas descritivas buscam identificar possíveis relações estatísticas entre variáveis, ainda que sem a pretensão de inferir causalidade estrita (Gil, 2022). Assim, esta pesquisa descreve e analisa associações entre fatores psicológicos, educação financeira e o endividamento no contexto analisado.

A pesquisa foi realizada com servidores ativos do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) de Uberlândia, autarquia da administração pública municipal responsável pela gestão dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial, bem como por atividades relacionadas à coleta de resíduos sólidos, à arrecadação de tarifas e à execução de obras de saneamento. Ressalta-se que os servidores do DMAE estão submetidos ao regime jurídico municipal e às normas locais de gestão de pessoal, incluindo as regras aplicáveis à consignação em folha de pagamento. Adicionalmente, a escolha deste campo empírico justifica-se pela sua representatividade, uma vez que o município de Uberlândia foi reconhecido nacionalmente pelo Instituto Trata Brasil (2024), figurando entre os cinco melhores no *ranking* de saneamento, o que reforça a relevância institucional da autarquia analisada.

A população-alvo do estudo compreendeu 986 servidores ativos. A coleta de dados ocorreu por meio de amostragem não probabilística por conveniência, em razão da participação voluntária dos respondentes. O questionário permaneceu disponível entre agosto e outubro de 2025, totalizando 221 respostas. Desse montante, 19 observações foram excluídas em virtude de inconsistências ou ausência do e-mail institucional informado, informação necessária para a vinculação com o relatório institucional e para a mensuração da variável endividamento real (ER). Assim, a amostra final válida para análise foi composta por 202 respondentes.

3.1 COLETA DE DADOS

Foram utilizadas duas fontes de dados: (i) um relatório institucional consolidado, fornecido pela instituição coparticipante, e (ii) um questionário estruturado aplicado aos servidores (Apêndice A). O relatório institucional é composto por informações quantitativas que abrangem características sociodemográficas como escolaridade, idade, gênero, estado civil, bem como dados relativos à contratação de crédito consignado, constituindo a base para a construção da variável endividamento real (ER).

O questionário estruturado foi elaborado com o objetivo de captar informações autorreferidas dos participantes, incluindo características sociodemográficas, hábitos e comportamentos financeiros, nível de educação financeira, atitude ao endividamento e traços de personalidade. Para viabilizar a vinculação entre as respostas do questionário e os dados do relatório institucional, solicitou-se o e-mail institucional dos respondentes, utilizado exclusivamente como identificador técnico para a construção da variável ER. Ressalta-se que essa informação não foi utilizada para fins de identificação nominal dos participantes, sendo assegurado o tratamento confidencial dos dados, em conformidade com os princípios éticos que regem a pesquisa com seres humanos.

Antes da submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), o instrumento de coleta de dados foi submetido a um pré-teste com um grupo de dez servidores, com a finalidade de verificar a clareza das questões, a adequação do questionário aos objetivos da pesquisa, a coerência das escalas utilizadas e a compreensão das orientações fornecidas para o correto preenchimento. O pré-teste permitiu pequenos ajustes redacionais, sem necessidade de exclusão ou inclusão de itens.

Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 90367225.0.0000.5152, o questionário foi disponibilizado em formato eletrônico por meio da plataforma Google Formulários, e encaminhado aos servidores via e-mail institucional. O recrutamento ocorreu por meio de comunicação oficial da instituição, acompanhada de informações sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos de coleta de dados e os canais de contato da pesquisadora para esclarecimento de eventuais dúvidas.

A participação dos servidores foi voluntária, sendo todos previamente informados acerca dos objetivos, riscos e benefícios do estudo. O questionário foi iniciado com uma questão destinada ao registro do aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e finalizado com

a solicitação do endereço de e-mail institucional, utilizado exclusivamente para fins de vinculação das respostas ao relatório institucional.

O questionário, composto por 42 questões, foi elaborado a partir de instrumentos previamente validados e amplamente utilizados na literatura, sendo organizado em cinco blocos temáticos, conforme apresentado no quadro 2.

Quadro 2 - Estrutura e fontes do questionário aplicado

Bloco	Descrição	Nº de questões	Instrumento de referência e adaptações
1	perfil demográfico	05	Adaptado de Carmo (2023). As variáveis idade e renda mensal passaram a ser tratadas com métricas quantitativas em detrimento à escala originalmente utilizada pelo autor, que foi qualitativa.
2	perfil financeiro	13	Adaptado de Carmo (2023). O foco do endividamento foi redirecionado do âmbito familiar para o endividamento pessoal. As variáveis qualitativas, originalmente utilizadas pelo autor, passaram a ser tratadas com métricas quantitativas.
3	atitude ao endividamento	09	Adaptado de Pacheco (2017). As afirmações passaram por ajustes redacionais e operacionais, incluindo a eliminação de itens com formulação invertida, preservando-se o conteúdo conceitual do construto. As variáveis qualitativas, originalmente utilizadas pelo autor, passaram a ser tratadas com métricas quantitativas.
4	traços de personalidade (<i>Big Five</i>)	10	Adaptado de Pacheco (2017), com base no modelo dos Cinco Grandes Fatores de Personalidade. As variáveis qualitativas, originalmente utilizadas pelo autor, passaram a ser tratadas com métricas quantitativas.
5	educação financeira	5	Instrumento proposto por Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015), aplicado sem alterações, contemplando as dimensões de diversificação do risco, inflação, aritmética financeira e juros compostos.

Fonte: A autora (2026).

Nos Blocos de 1 a 4, as variáveis originalmente qualitativas foram adaptadas e operacionalizadas como quantitativas. A opção fundamenta-se nas recomendações de Fávero e Belfiore (2017), que alertam que o tratamento direto de variáveis qualitativas ordinais como aproximações numéricas pode resultar em ponderações arbitrárias e comprometer a validade dos estimadores.

Adicionalmente, nos Blocos 3 e 4, algumas afirmações foram reformuladas com o objetivo de eliminar a necessidade de variáveis invertidas presentes no instrumento original, contribuindo para maior clareza interpretativa e consistência na análise dos dados. Por fim, no Bloco 5, referente ao teste de educação financeira, foram preservados a estrutura e o conteúdo originais do instrumento desenvolvido por Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015), amplamente utilizado em estudos nacionais e internacionais.

3.2 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada, inicialmente, por meio de estatística descritiva, com o objetivo de caracterizar a amostra e examinar o comportamento das variáveis investigadas. Em seguida, procedeu-se à verificação da aderência das variáveis quantitativas à distribuição normal por meio do teste de Shapiro–Francia.

Os resultados indicaram a rejeição da hipótese de normalidade para variáveis centrais do estudo, como o endividamento real (ER) e a atitude ao endividamento (AE). Diante desse diagnóstico, optou-se pela adoção de técnicas não paramétricas nas análises bivariadas. Para testar a hipótese H1, as associações entre as variáveis foram examinadas por meio da correlação de *Spearman*, enquanto para verificar as hipóteses H3a e H3b, as comparações entre grupos definidos pelo nível de educação financeira foram realizadas com o teste U de Mann–Whitney, considerando-se separadamente ER e AE.

Na etapa inferencial, buscando responder às hipóteses H2a e H2b, estimaram-se modelos de regressão linear múltipla pelo Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), conforme apresentado na Equação 1, com o objetivo de analisar a relação entre os traços de personalidade, o nível de educação financeira e o endividamento, controlando-se por variáveis sociodemográficas e financeiras.

$$Dependentes_i = \alpha_i + \beta_1 EXT_i + \beta_2 AMAB_i + \beta_3 CONSC_i + \beta_4 NEURO_i + \beta_5 ABEXP_i + \sum_{k=1}^K (\beta_k CONTROLES_{ki}) + \varepsilon_i \quad (\text{Equação 1})$$

Em que,

α_i = intercepto do modelo.

β_1 a β_k = parâmetros calculados para cada variável no modelo.

ε_i = Resíduos da Equação.

Como teste de sensibilidade, estimou-se um segundo modelo inferencial substituindo a variável dependente pelo construto atitude ao endividamento (AE). Essa etapa analítica teve como objetivo verificar se a associação dos traços de personalidade e das variáveis de controle se manifesta de forma distinta quando se considera a predisposição psicológica ao endividamento em comparação ao comportamento financeiro efetivo.

A descrição operacional das variáveis incluídas no modelo encontra-se apresentada no Quadro 3.

Quadro 3 - Descrição das variáveis

Variáveis		Descrição
Dependentes	ER	Endividamento real. Razão entre o valor da parcela mensal do empréstimo consignado e a renda bruta do servidor. Dados extraídos do relatório institucional.
	AE	Atitude ao endividamento. Mensura a propensão psicológica ao endividamento. Operacionalizada pela soma dos escores de 9 itens (Questões 20 a 28), abrangendo dimensões de moral, preferência no tempo e autocontrole. Quanto maior o valor, maior a atitude favorável à dívida.
Interesse	EXT	Extroversão. Soma das notas atribuídas às questões 29 e 33. Quanto maior o valor, maior a intensidade do traço extroversão.
	AMAB	Amabilidade. Soma das notas atribuídas às questões 31 e 35. Quanto maior o valor, maior a intensidade do traço amabilidade.
	CONSC	Conscienciosidade. Soma das notas atribuídas às questões 32 e 36. Quanto maior o valor, maior a intensidade do traço conscienciosidade.
	NEURO	Neuroticismo. Soma das notas atribuídas às questões 30 e 34. Quanto maior o valor, maior a intensidade do traço neuroticismo.
	ABEXP	Abertura à experiência. Soma das notas atribuídas às questões 37 e 38. Quanto maior o valor, maior a intensidade do traço abertura à experiência.
Controle	ID	Idade. Idade do respondente em anos (Questão 3).
	EDFIN	Educação financeira, variável <i>dummy</i> com duas categorias, satisfatória e insatisfatória. A classificação baseou-se na avaliação das dimensões diversificação do risco (questão 39), inflação (questão 40), aritmética (questão 41) e juros compostos (questões 42 e 43). Foram classificados com nível satisfatório de educação financeira os respondentes que acertaram pelo menos três dos quatro conceitos avaliados, enquanto aqueles que não atingiram esse critério foram classificados com nível insatisfatório de educação financeira, conforme os critérios propostos por Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015). Categoria de referência: Insatisfatória.
	GEN	Gênero, variável <i>dummy</i> com duas categorias (Questão 2). Categoria de referência: Feminino.
	EC	Estado civil, variável <i>dummy</i> com quatro categorias (Questão 4). Categoria de referência: Casado(a).
	ESC	Escolaridade, variável <i>dummy</i> com três categorias (Questão 5). Categoria de referência: Ensino médio.
	RPOUP	Renda mensal poupada. Variável contínua. Proporção aproximada da renda mensal que o indivíduo declara poupar (Questão 11).
	IMPUL	Impulso. Nota de 0 a 10. Autoavaliação sobre a intensidade com que realiza compras por impulso (Questão 14)
	GASTFR	Gasto fora. Nota de 0 a 10. Autoavaliação sobre a intensidade de gastos além da renda disponível (Questão 15).
	RENEG	Renegociação de dívidas. Nota de 0 a 10. Intensidade com que necessita renegociar dívidas ou contas em atraso (Questão 16).
	SITFIN	Situação financeira. Nota de 0 a 10. Autopercepção sobre a qualidade da situação financeira atual (não ter dívidas) (Questão 17).
	PREOC	Preocupação financeira, Nota de 0 a 10. Nível de preocupação com a própria situação financeira (Questão 18).
	VLRMIN	Valor mínimo da fatura. Nota de 0 a 10. Frequência com que realiza o pagamento apenas do valor mínimo da fatura do cartão de crédito (Questão 19).

Fonte: A autora (2026).

Para validar os modelos estimados, foram conduzidos diagnósticos de multicolinearidade (Fator de Inflação da Variância - VIF), heterocedasticidade (Breusch-Pagan/Cook-Weisberg) e normalidade dos resíduos. No caso específico do modelo com AE como variável dependente, a rejeição inicial da normalidade dos resíduos motivou a aplicação da transformação Box-Cox e a reestimação do modelo para garantir a robustez das inferências.

Com isso, foi obtido um parâmetro λ de 0,5353, evidenciando que a relação entre AE e as variáveis explicativas propostas nesta pesquisa não é adequadamente descrita por um modelo linear em sua forma original. Deste modo, tornou-se necessária a utilização de um modelo de regressão não linear, na qual a variável dependente AE passou a ser calculada pela Equação 2.

$$AE_{Box-Cox} = \left(\frac{AE_i^{0,5353} - 1}{0,5353} \right) \quad (\text{Equação 2})$$

Após a transformação da variável dependente AE por Box-Cox, os testes diagnósticos foram realizados e confirmaram o atendimento aos pressupostos estatísticos fundamentais. O novo teste de normalidade dos resíduos (Shapiro-Francia) resultou em um p-valor de 0,9349, indicando a não rejeição da hipótese nula e confirmando que, após a transformação, os erros seguem uma distribuição normal. Adicionalmente, verificou-se a ausência de multicolinearidade entre os regressores (VIF médio = 1,59) e a manutenção da homoscedasticidade dos resíduos ($p = 0,0849$), validando a robustez do modelo não linear para fins de inferência estatística.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo são apresentados os resultados empíricos do estudo. A análise estrutural se iniciando pela análise descritiva e de correlação para caracterizar a amostra e as associações bivariadas preliminares. Na sequência, aplicam-se testes não paramétricos para comparar grupos quanto ao nível de educação financeira. Posteriormente, apresenta-se o modelo inferencial principal, focado nos determinantes do endividamento real (ER). Por fim, conduz-se um teste de sensibilidade, analisando a associação dos traços de personalidade sobre a atitude ao endividamento (AE).

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA E CORRELAÇÕES

Esta seção dedica-se à caracterização da amostra investigada e à análise exploratória das variáveis do estudo, com o objetivo de apresentar o perfil dos servidores do DMAE e identificar padrões de distribuição e variabilidade dos dados previamente à aplicação dos testes inferenciais.

Inicialmente, descrevem-se as características sociodemográficas e o perfil financeiro qualitativo, contextualizando as condições de tomada de crédito. Em seguida, apresentam-se as estatísticas descritivas das variáveis quantitativas — endividamento real (ER), atitude ao endividamento (AE), traços de personalidade e comportamentos financeiros —, bem como as associações bivariadas preliminares, por meio da matriz de correlação de Spearman.

Dando início a essa caracterização, a Tabela 1 apresenta a distribuição de frequências das variáveis sociodemográficas da amostra, considerando gênero, estado civil, faixa etária e escolaridade.

Tabela 1 - Distribuição do perfil demográfico

Variável	Respostas	Frequência	Percentual (%)
Gênero	Feminino	49	24,26
	Masculino	153	75,74
Estado civil	Casado(a) / união estável	120	59,41
	Divorciado(a) ou separado(a)	24	11,88
	Solteiro(a)	53	26,24
	Viúvo(a)	5	02,48
Idade	Até 30	15	07,40
	31 a 40	43	21,30
	41 a 50	41	20,30
	51 a 60	55	27,20
	Acima de 60	48	23,80
Escolaridade Ajustada	Até o Ensino Médio	82	40,59
	Graduação	33	16,34
	Pós-Graduação	87	43,07

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da análise da Tabela 1, verifica-se uma concentração majoritária de servidores do gênero masculino (75,74%). Tal distribuição pode estar associada à natureza das atividades finalísticas do DMAE, que envolvem operações de saneamento e infraestrutura, setores que tradicionalmente apresentam maior ocupação masculina em funções operacionais.

No que tange à faixa etária, constata-se que a maior parte dos servidores possui idade superior a 51 anos. Este dado reflete a característica de estabilidade inerente ao serviço público, conforme apontado por Flores, Vieira e Coronel (2012). A estabilidade funcional favorece a permanência dos indivíduos na mesma instituição por longos períodos, resultando em um quadro de pessoal com média de idade mais elevada. O perfil de estado civil acompanha a maturidade etária observada, com predominância de servidores casados ou em união estável (59,41%). A literatura sugere que o estado civil é uma variável relevante na análise de riscos e decisões financeiras; indivíduos casados tendem a apresentar uma percepção de risco distinta em comparação aos solteiros, muitas vezes associada à necessidade de segurança financeira para o suporte familiar, conforme discutido por Flores, Vieira e Coronel (2013).

Por fim, quanto à escolaridade, observa-se que 43,07% da amostra possui pós-graduação. Este cenário é comum no setor público devido às políticas de incentivo à qualificação profissional que vinculam a progressão na carreira à obtenção de títulos acadêmicos. Conforme observado por Claudino, Nunes e Silva (2009), o nível de escolaridade é um fator que influencia positivamente o conhecimento financeiro, sendo uma variável importante para as análises subsequentes de endividamento.

Após a caracterização sociodemográfica, buscou-se compreender o perfil financeiro dos servidores, investigando hábitos de uso de crédito, poupança e planejamento orçamentário. A Tabela 2 detalha essas características.

Tabela 2 - Distribuição do perfil financeiro

Variável	Respostas	Frequência	Percentual (%)
Possuir crédito consignado	Não	53	26,24
	Sim	149	73,76
Valor descontado em folha referente a crédito consignado	Não possuo crédito consignado	52	25,70
	Até R\$ 500,00	21	10,40
	De R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00	48	23,80
	De R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00	45	22,30
	De R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00	9	4,50
	De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	18	08,90
	Acima de R\$ 3.000,00	9	04,50
Principais dívidas	Empréstimo consignado	117	58,50
	Financiamento de imóveis	84	42,00
	Cartão de crédito	82	41,00
	Prestação de veículo	29	14,50
	Cheque especial	16	8,0
	Outros	19	9,5

Tabela 2 - Distribuição do perfil financeiro (continuação)

Variável	Respostas	Frequência	Percentual (%)
Motivos para contratação de crédito consignado	Aquisição ou reforma de imóvel	115	58,67
	Emergências Familiares	99	50,51
	Pagamento de outras dívidas	69	35,20
	Ajuda a parentes ou pessoas próximas	38	19,39
	Pagamento de dívidas com cartão de crédito	33	16,84
	Compra de eletrodomésticos/bens duráveis	23	11,73
	Outros	23	11,73
	Lazer, bem-estar ou viagens	16	8,16
	Eventos Familiares	15	7,65
	Educação / Cursos	3	1,53
	Tratamentos Estéticos	2	1,02
Percentual médio da renda mensal poupada	Não poupa (0%)	93	46,2
	Até 10%	82	40,8
	De 11% a 25%	21	10,4
	Acima de 25%	5	2,49
Planejamento de gastos	Defino prioridades para os gastos	73	36,14
	Estabeleço um teto máximo de gastos	63	31,19
	Não costumo realizar nenhum planejamento	39	19,31
	Vou gastando até terminar o salário	25	12,38
	Vou gastando até usar todo o limite do cartão	2	0,99
Acompanhamento de gastos	Acompanhando o saldo da conta corrente	60	29,70
	Analisando todos os lançamentos nas faturas	16	7,92
	Anotando todos os gastos mensais em planilha/caderno	61	30,20
	Comparando os gastos com o orçamento	14	6,93
	Não costumo realizar nenhum acompanhamento	51	25,25

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos dados financeiros, verifica-se que 73,76% da amostra utiliza o crédito consignado. Tal percentual pode ser explicado pelas condições diferenciadas ofertadas aos servidores públicos. Conforme destacado por Souza (2024) e Leão, Fernandes e Martins (2016), a estabilidade funcional reduz o risco de inadimplência para as instituições financeiras, que, em contrapartida, oferecem taxas de juros mais atrativas e prazos estendidos.

Ao analisar as motivações para a contratação do crédito, nota-se uma dualidade no uso dos recursos. A razão mais frequente é a aquisição ou reforma de imóvel (58,67%), o que sinaliza um endividamento voltado à formação de patrimônio e melhoria da qualidade de vida. Por outro lado, observa-se que metade da amostra (50,51%) recorre a essa modalidade para cobrir emergências familiares ou quitar outras dívidas (35,20%). Esse cenário sugere que, para parte dos servidores, o crédito consignado atua como um mecanismo de saneamento financeiro ou complemento de renda diante de imprevistos, conforme observado também em estudos de Leão, Fernandes e Martins (2016).

No que tange à gestão de reservas, constata-se a ausência de reservas financeiras para 46,2% dos respondentes declararam não poupar qualquer percentual da renda mensal. A ausência de uma reserva de emergência ou poupança está diretamente associada à necessidade de recorrer ao crédito em momentos de instabilidade, criando um ciclo de dependência de recursos de terceiros. A literatura aponta que a falta de poupança e o planejamento financeiro incipiente são características frequentemente associadas a níveis insuficientes de educação financeira, tema que será explorado nas seções seguintes (Claudino *et al.*, 2009).

Finalizada a caracterização do perfil, a Tabela 3 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis quantitativas e dos construtos analisados (atitude ao endividamento e traços de personalidade), permitindo observar as medidas de tendência central e dispersão dos dados.

Tabela 3 - Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas e construtos

Variável	N	Média	Desvio padrão	Mínimo	Mediana	Máximo
Endividamento Real	202	0,2211	0,1806	0,18	0,22	0,70
Atitude ao endividamento	202	30,4406	18,2249	0	29	81
Extroversão	202	9,7624	4,8266	0	9	20
Amabilidade	202	10,1188	4,1736	0	10	20
Conscienciosidade	202	14,1535	4,6533	0	15	20
Neuroticismo	202	8,7871	4,7536	0	8	20
Abertura à experiência	202	9,2079	5,4950	0	9	20
Renda mensal poupada	201	0,0531	0,0832	0	0,02	0,62
Compras por impulso	202	3,9158	3,1823	0	4	10
Gastos além da renda	202	3,2624	3,1788	0	2,5	10
Frequência de renegociação de dívidas	202	2,1733	2,9599	0	0	10
Considera boa situação financeira	202	3,5099	3,3372	0	4	10
Preocupação em relação a situação financeira	202	5,4951	3,3565	0	5	10
Frequência com que paga o mínimo da fatura	202	1,4307	2,6103	0	0	10

Fonte: Dados da pesquisa. Nota: Número de observações= 202.

A análise dos dados quantitativos revela, primeiramente, uma significativa heterogeneidade na amostra, evidenciada pela dispersão dos dados em relação às médias, especialmente nas variáveis de comportamento financeiro e endividamento. Quanto ao endividamento real (ER), observa-se que os servidores comprometem, em média, cerca de 22% da renda bruta com empréstimos consignados.

No que tange à atitude ao endividamento (AE), a mediana de 29 pontos (em uma escala teórica de 0 a 90) sugere que, de modo geral, os servidores do DMAE apresentam uma postura moderada a conservadora em relação à dívida. Esse resultado alinha-se aos achados de Flores, Vieira e Coronel (2013), que identificaram baixa propensão ao endividamento entre servidores de uma universidade federal, atribuindo tal comportamento a um perfil mais cauteloso inerente à categoria. A variabilidade observada (desvio padrão de 18,22) reforça que, embora a tendência

central seja de conservadorismo, existem subgrupos com maior predisposição psicológica ao uso do crédito.

Em relação aos traços de personalidade, é importante salientar que o modelo *Big Five* não classifica os indivíduos em 'tipos' fixos, mas sim avalia dimensões contínuas de personalidade. Conforme destacam Silva e Nakano (2011) e McCrae e Costa (1987), pressupõe-se que todos os cinco traços estão presentes em todos os indivíduos em diferentes graus de intensidade. Portanto, a análise a seguir não descreve perfis dominantes excludentes, mas sim a intensidade média com que cada traço se manifesta no conjunto dos servidores do DMAE.

Observando as médias apresentadas na Tabela 3, verifica-se que a conscienciosidade foi a dimensão que obteve a maior pontuação média (14,10) e mediana (15,00) na amostra. Isso indica que, coletivamente, o grupo tende a apresentar com maior intensidade comportamentos de organização, autodisciplina e orientação para metas. Esse resultado é relevante, pois estudos como os de Greene, Shy e Stavins (2023) apontam que a conscienciosidade atua como um fator de proteção financeira. Em contrapartida, o neuroticismo apresentou a menor média (8,70) entre os cinco traços avaliados, sugerindo que o grupo tende a reportar menor frequência de instabilidade emocional e impulsividade. Observa-se, no entanto, que os desvios padrão oscilaram entre 4,17 e 5,50 pontos. Esse dado evidencia uma dispersão na intensidade com que esses traços se manifestam entre os indivíduos. Assim, embora as médias indiquem tendências centrais do grupo, a variabilidade das notas sugere que os servidores diferem expressivamente na magnitude de cada traço de personalidade.

Quanto ao comportamento financeiro, nota-se que o nível de preocupação financeira é o indicador mais elevado. Observa-se especificamente a variável Compras por impulso, cuja mediana de 4,00 sinaliza uma intensidade moderada a baixa, indicando que metade da amostra atribui peso inferior a quatro para esse hábito. Já os comportamentos de pagamento mínimo da fatura e renegociação de dívidas apresentam medianas iguais a zero. É fundamental destacar que nessas duas variáveis o desvio padrão se apresentou superior à média, sendo de 2,61 para o pagamento mínimo e 2,96 para a renegociação. Esse dado evidencia uma elevada dispersão e sugere que a média aritmética é pouco representativa para descrever o comportamento típico do grupo, refletindo uma polarização na qual a maioria absoluta dos servidores não adota tais práticas, enquanto um subgrupo específico possui alta exposição ao risco.

Como etapa preliminar à análise de associações, verificou-se a aderência das variáveis quantitativas à distribuição normal por meio do teste de Shapiro-Francia. Os resultados, apresentados detalhadamente no Apêndice B, indicaram a rejeição da hipótese de normalidade

para a maioria das variáveis do estudo. Diante desse diagnóstico, optou-se pela utilização do coeficiente de correlação de Spearman (ρ). A Tabela 4 apresenta a matriz de correlação:

Tabela 4 - Correlação de Spearman

Variável	ER	AE	EXT	AMAB	CONSC	NEURO	ABEXP	ID	RPOUP	IMPUL	GASTFR	RENEG	SITFIN	PREOC	VLMIN
ER	1														
AE	0,536*	1													
EXT	-0,030	0,253*	1												
AMAB	-0,057	-0,011	0,063	1											
CONSC	-0,088	-0,307*	-0,155*	-0,198*	1										
NEURO	0,145*	0,105	-0,096	-0,113	-0,035	1									
ABEXP	-0,208*	-0,019	0,247*	0,028	-0,067	-0,116	1								
ID	0,515*	0,266*	-0,122	-0,050	0,102	0,194*	-0,299*	1							
RPOUP	-0,237*	-0,315*	-0,068	0,045	0,282*	-0,009	-0,053	-0,057	1						
IMPUL	-0,015	0,269*	0,232*	0,083	-0,205*	-0,082	0,237*	-0,125	-0,2382*	1					
GASTFR	0,109	0,318*	0,163*	0,046	-0,275*	-0,011	0,074	-0,093	-0,5296*	0,533*	1				
RENEG	0,226*	0,363*	0,100	-0,038	-0,267*	0,089	0,131	0,0007	-0,4765*	0,325*	0,668*	1			
SITFIN	-0,331*	-0,361*	-0,112	-0,00	0,273*	-0,148*	-0,034	-0,098	0,4701*	-0,111	-0,410*	-0,488*	1		
PREOC	0,248*	0,346*	0,077	0,054	-0,195*	-0,004	0,108	0,002	-0,5545*	0,334*	0,558*	0,552*	-0,443*	1	
VLMIN	0,181*	0,266*	0,094	0,022	-0,271*	-0,043	0,104	0,056	-0,3534*	0,324*	0,512*	0,598*	-0,323*	0,429*	1

Fonte: Dados da pesquisa. Nota: Coeficientes em negrito com asterisco (*) são significativos ao nível de 5% ($p < 0,05$). Legenda: ER: Endividamento Real; AE: Atitude ao Endividamento; EXT: Extroversão; AMAB: Amabilidade; CONSC: Conscienciosidade; NEURO: Neuroticismo; ABEXP: Abertura à Experiência; ID: Idade; RPOUP: Renda Poupada; IMPUL: Compras por impulso; GASTFR: Gasto fora da Renda; RENEG: Renegociação de dívidas; SITFIN: Percepção da Situação Financeira; PREOC: Preocupação Financeira; VLMIN: Pagamento Mínimo da Fatura.

A análise da matriz revela, primeiramente, uma correlação positiva moderada e estatisticamente significativa entre a atitude ao endividamento (AE) e o endividamento real (ER) ($\rho = 0,54$; $p < 0,05$). Esse resultado sugere que a predisposição psicológica favorável ao crédito está associada ao comportamento efetivo de tomada de empréstimos, indicando coerência entre a atitude e a ação de endividamento real.

No que tange aos traços de personalidade, observa-se que a atitude ao endividamento (AE) apresentou associações significativas alinhadas à teoria. Verificou-se uma correlação positiva com a extroversão ($\rho = 0,25$), indicando que indivíduos mais extrovertidos tendem a ter uma visão mais favorável sobre a dívida. Em contrapartida, a conscienciosidade apresentou correlação negativa ($\rho = -0,31$), sinalizando que servidores mais organizados e disciplinados tendem a rejeitar psicologicamente o endividamento. Já o endividamento real (ER) apresentou correlações fracas com a personalidade, destacando-se apenas associações marginais com neuroticismo ($\rho = 0,15$) e Abertura à Experiência ($\rho = -0,21$).

Um resultado a ser notado é a associação positiva ($\rho = 0,52$) entre idade e endividamento real. Esse coeficiente indica que o comprometimento da renda com crédito consignado tende a se elevar conforme o avanço da faixa etária do servidor. Tal comportamento pode estar associado ao ciclo de vida e ao acúmulo de responsabilidades financeiras, bem como à maior margem consignável disponível para servidores com carreiras mais longas.

Por fim, as variáveis comportamentais corroboram a consistência das respostas. A Renda Poupada (RPOUP) apresentou correlação negativa tanto com o endividamento real ($\rho = -0,24$) quanto com a Atitude ($\rho = -0,32$), confirmando a relação inversa entre o hábito de poupar e o nível de endividamento. Inversamente, comportamentos como Compras por impulso correlacionaram-se positivamente com a atitude favorável à dívida ($\rho = 0,27$).

4.2 ANÁLISES COMPARATIVAS (TESTES NÃO PARAMÉTRICOS)

Após examinar as associações gerais entre as variáveis, avança-se para a análise comparativa visando testar a hipótese 3 (H3), que se desdobra em H3a e H3b. Essas hipóteses postulam que indivíduos com educação financeira satisfatória apresentam, respectivamente, menores níveis de endividamento real e de atitude favorável à dívida.

Para tanto, a amostra foi segregada em dois grupos: educação financeira satisfatória e insatisfatória, seguindo os critérios de pontuação estabelecidos por Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015). Considerando a violação do pressuposto de normalidade nos dados de endividamento real (ER) e atitude ao endividamento (AE), evidenciada nos testes diagnósticos

(vide Apêndice B), optou-se pela utilização do teste não paramétrico de Mann-Whitney para comparar as distribuições entre os grupos.

Inicialmente, investigou-se a Hipótese H3a, verificando se o nível de conhecimento financeiro distingue os grupos quanto ao comprometimento efetivo da renda. A Tabela 5 apresenta as estatísticas descritivas e o resultado do teste de comparação para o endividamento real (ER), enquanto a Figura 1 ilustra a distribuição dos dados.

Tabela 5 - Estatísticas descritivas para o endividamento real (ER), segundo o grupo de educação financeira

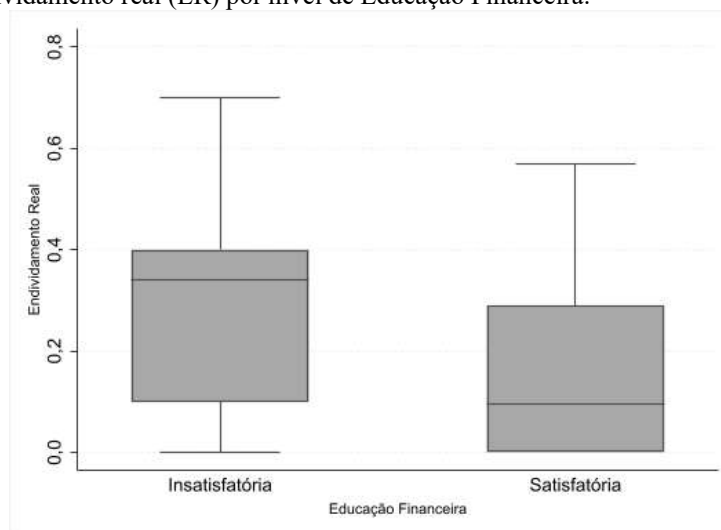
Grupo de educação financeira	Número de observações	Soma dos postos	Mediana
Insatisfatória	116	13.806,5	0,34
Satisfatória	86	6.696,5	0,09

Fonte: Dados da pesquisa. Nota: Teste U de Mann-Whitney para comparação do endividamento real (ER) entre grupos com níveis satisfatório e insatisfatório de educação financeira ($z = 4,99$; $p < 0,001$). Diferença estatisticamente significativa ao nível de 1% ($p < 0,01$).

Os resultados indicam uma diferença estatisticamente significativa entre os grupos ($z = 4,99$; $p < 0,001$). Observa-se que os servidores com educação financeira insatisfatória apresentam uma mediana de comprometimento de renda substancialmente maior (0,34 ou 34%) em comparação àqueles com nível satisfatório (0,09 ou 9,5%).

A análise da Figura 1 complementa esses achados ao evidenciar a dispersão dos dados. Nota-se que o grupo com educação financeira insatisfatória apresenta maior variabilidade no comprometimento da renda, com a caixa do diagrama alcançando patamares superiores de endividamento.

Figura 1 - Boxplot do endividamento real (ER) por nível de Educação Financeira.



Fonte: Dados da pesquisa.

Esse resultado corrobora a H3a, sugerindo que o domínio de conceitos financeiros básicos atua como um fator de proteção contra o alto comprometimento da renda no crédito consignado. Na sequência, testou-se a Hipótese H3b, avaliando se a educação financeira

também influencia a predisposição psicológica ao endividamento. A Tabela 6 e a Figura 2 apresentam os resultados referentes à variável atitude ao endividamento (AE).

Tabela 6 - Estatísticas descritivas para a atitude ao endividamento (AE), segundo o grupo de educação financeira.

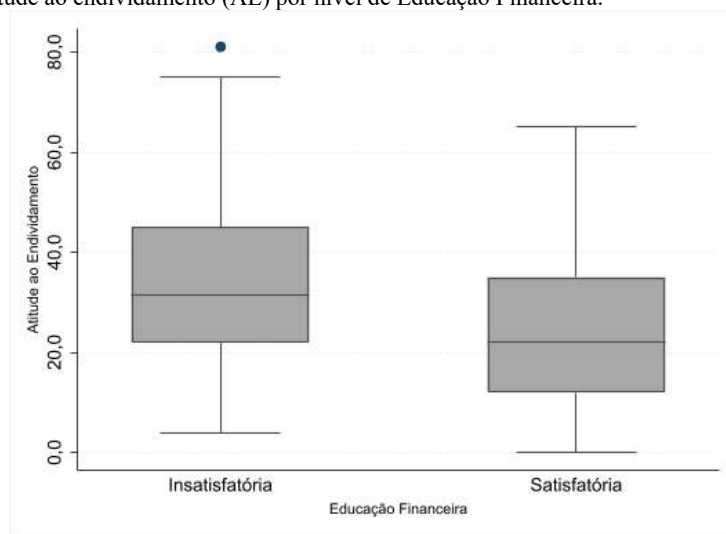
Grupo de educação financeira	Número de observações	Soma dos postos	Mediana
Insatisfatória	116	13.417	31,50
Satisfatória	86	7.086	22,00

Fonte: Dados da pesquisa. Nota: Teste U de Mann–Whitney para comparação da atitude ao endividamento (AE) entre grupos com níveis satisfatório e insatisfatório de educação financeira ($z = 4,00$; $p = 0,0001$). Diferença estatisticamente significativa ao nível de 1% ($p < 0,01$)

Verifica-se, também para esta variável, uma diferença significativa entre os grupos ($z=4,00$; $p=0,0001$). O grupo com educação financeira insatisfatória apresentou mediana superior (31,50) à do grupo satisfatório (22,00), sinalizando uma predisposição psicológica mais favorável ao uso do crédito e maior tolerância à dívida entre aqueles com menor domínio de conceitos financeiros.

O *boxplot* apresentado na Figura 2 reforça essa distinção. O grupo com educação financeira insatisfatória concentra não apenas níveis medianos mais altos, mas também maior amplitude na distribuição dos escores.

Figura 2- *Boxplot* da atitude ao endividamento (AE) por nível de Educação Financeira.



Fonte: Dados da pesquisa.

Em contrapartida, o grupo satisfatório mostra-se mais compacto e posicionado na parte inferior da escala, indicando um perfil de atitude mais conservador. Dessa forma, confirma-se a H3b, alinhando-se às evidências de que a alfabetização financeira reduz a propensão a atitudes permissivas em relação à dívida.

4.3 MODELO DE REGRESSÃO

Dando continuidade à análise dos dados, esta seção dedica-se à aplicação do modelo inferencial para testar as hipóteses de pesquisa em um cenário multivariado.

A apresentação foca no modelo principal, que tem como variável dependente o endividamento real (ER). Este indicador reflete a medida objetiva do comprometimento de renda, extraída dos relatórios institucionais. A análise visa responder, primordialmente, às Hipóteses H2a e H2b, identificando quais fatores explicam o comportamento efetivo de tomada de crédito pelos servidores.

Para analisar a relação conjunta das variáveis explicativas, estimou-se o modelo pelo Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). A Tabela 7 apresenta os coeficientes estimados, os erros padrão e a significância estatística de cada preditor.

O modelo apresentou ajuste global estatisticamente significativo ($F(20,180)=7,06$; $p < 0,001$) e um coeficiente de determinação ajustado (R^2 ajustado) de 0,3771. Isso indica que o conjunto de variáveis independentes é capaz de explicar aproximadamente 37,7% da variância do comprometimento de renda por crédito consignado na amostra investigada.

Tabela 7 - Modelo de Regressão: Endividamento Real (ER)

Variável	Coefficiente	Erro padrão	t	p-valor	IC 95%
EXT	0,0013	0,0023	0,57	0,569	[-0,0032; 0,0059]
AMAB	-0,0021	0,0026	-0,80	0,427	[-0,0072; 0,0031]
CONSC	-0,0014	0,0026	-0,53	0,595	[-0,0065; 0,0037]
NEURO	0,0019	0,0023	0,82	0,414	[-0,0027; 0,0065]
ABEXP	-0,0005	0,0021	-0,21	0,832	[-0,0046; 0,0037]
ID	0,0041	0,0011	3,83	0,000	[0,0019; 0,0062]
GEN					
Masculino	0,0168	0,0262	0,64	0,523	[-0,0350; 0,0685]
EC					
Divorciado(a) ou separado(a)	0,0037	0,0329	0,11	0,911	[-0,0612; 0,0685]
Solteiro(a)	-0,0330	0,0265	-1,24	0,215	[-0,0853; 0,0193]
Viúvo(a)	-0,0761	0,0670	-1,14	0,258	[-0,2084; 0,0561]
ESC					
Graduação	-0,0283	0,0326	-0,87	0,386	[-0,0926; 0,0360]
Pós-graduação	-0,1026	0,0301	-3,41	0,001	[-0,1621; -0,0433]
EDFIN					
Satisfatória	-0,0490	0,0270	-1,82	0,071	[-0,1022; 0,0042]
RPOUP	0,2272	0,1511	1,50	0,134	[-0,0709; 0,5253]
IMPUL	0,0004	0,0041	0,10	0,915	[-0,0076; 0,0084]
GASTFR	-0,0025	0,0052	-0,47	0,636	[-0,0128; 0,0078]
RENEG	0,0020	0,0053	0,38	0,703	[-0,0084; 0,0125]
SITFIN	-0,0075	0,0038	-1,98	0,049	[-0,0152; -0,0000]
PREOC	0,0027	0,0041	0,51	0,612	[-0,0050; 0,0144]
VLRMIN	0,0049	0,0049	0,99	0,325	[-0,0049; 0,0148]
Constante	0,0742	0,0951	0,78	0,436	[-0,1135; 0,2619]

Fonte: Dados da pesquisa. Nota: Variável dependente: Endividamento Real (Razão parcela/renda). Coeficientes em negrito indicam significância estatística a 5% ou 1%. Legenda: EXT: Extroversão; AMAB: Amabilidade; CONSC: Conscienciosidade; NEURO: Neuroticismo; ABEXP: Abertura à Experiência; ID: Idade; GEN: Gênero; EC: Estado civil; ESC: Escolaridade; EDFIN: Educação financeira; RPOUP: Renda Poupada; IMPUL: Compras por impulso; GASTFR: Gastos além da renda; RENEG: Renegociação de dívidas; SITFIN: Autopercepção da situação financeira; PREOC: Preocupação Financeira; VLRMIN: Pagamento Mínimo da Fatura.

Para garantir a validade estatística das inferências, foram realizados os testes de diagnóstico dos pressupostos da regressão, cujos resultados detalhados encontram-se no Apêndice B. O teste de normalidade dos resíduos (Shapiro-Francia) resultou em um p-valor de 0,0839, indicando a não rejeição da hipótese nula, o que sugere aderência dos resíduos à distribuição normal. Adicionalmente, verificou-se a ausência de multicolinearidade (VIF médio = 1,60) e a manutenção da homoscedasticidade dos resíduos (Breusch-Pagan, $p = 0,4349$), conferindo robustez ao modelo estimado.

A análise dos coeficientes revela um achado central: ao controlar por fatores sociodemográficos e financeiros, não se observou associação estatisticamente significativa entre os traços de personalidade e o endividamento real ($p > 0,05$). As variáveis extroversão ($p = 0,569$) e conscienciosidade ($p = 0,595$), por exemplo, não demonstraram capacidade preditiva sobre o montante efetivo descontado em folha. Esse resultado sugere que, no contexto do crédito consignado — caracterizado por descontos automáticos e margens rígidas —, a materialização da dívida pode ser mais influenciada por necessidades estruturais e ciclos de vida do que por predisposições psicológicas de curto prazo ou traços de personalidade.

Esse resultado deve ser interpretado à luz da natureza específica da dívida analisada. A literatura de finanças comportamentais, notadamente o estudo de Brown e Taylor (2014), concentrou suas análises especificamente sobre dívidas não garantidas (*unsecured debt*), como cartão de crédito e cheque especial. Esses autores identificaram que, nesse tipo de modalidade — onde a decisão de consumo depende diretamente do autocontrole ou da impulsividade —, os traços de personalidade exercem forte associação estatística.

No entanto, diferentemente do contexto analisado por Brown e Taylor (2014), que focaram em dívidas não garantidas (*unsecured debt*), o crédito consignado investigado nesta pesquisa opera sob uma lógica de dívida garantida e institucionalizada. O mecanismo de desconto automático em folha e a existência de um teto legal (margem consignável) atuam como 'travas institucionais' que restringem a discricionariedade do servidor. Assim, enquanto a personalidade dita o comportamento em dívidas de livre escolha, no consignado as regras institucionais parecem neutralizar as predisposições psicológicas.

Em contrapartida, as variáveis sociodemográficas mostraram-se determinantes, confirmando que fatores estruturais e de perfil apresentam associação preponderante com o endividamento real. A variável idade apresentou relação positiva e significativa ($p < 0,001$). A magnitude do coeficiente (0,0041) permite inferir que, mantendo-se os demais fatores constantes, o aumento de um ano na idade do servidor está associado a um acréscimo médio de aproximadamente 0,41 ponto percentual no comprometimento da renda com empréstimos. Esse

dado corrobora a teoria do ciclo de vida, onde servidores mais velhos tendem a acumular mais compromissos financeiros.

A escolaridade atuou como um fator associado à redução do endividamento. Servidores com Pós-graduação apresentaram um comprometimento de renda significativamente menor (Coef. = -0,1026; $p = 0,001$) em comparação aos servidores com apenas o Ensino Médio. Em termos práticos, isso indica que ter pós-graduação está associado a uma redução média de 10,26 pontos percentuais na razão de endividamento, sugerindo que o maior nível de instrução formal contribui para um uso mais conservador do crédito consignado.

Por fim, a variável situação financeira apresentou relação negativa estatisticamente significativa ($p = 0,049$). Contudo, é fundamental observar a baixa magnitude do coeficiente (-0,0075). Esse resultado indica que, embora a melhor autopercepção financeira esteja associada a um menor endividamento, seu efeito prático na redução da razão parcela/renda é marginal, exercendo um impacto econômico reduzido quando comparado aos determinantes estruturais. Já a educação financeira, que apresentou diferença significativa no teste bivariado, mostrou significância estatística ao nível de 10% ($p = 0,071$) neste modelo multivariado, sugerindo que parte de seu efeito explicativo pode ser compartilhada com a escolaridade e outras variáveis de controle.

4.4 TESTE DE SENSIBILIDADE: ATITUDE AO ENDIVIDAMENTO (AE)

Como etapa final da análise inferencial, realizou-se um teste de sensibilidade substituindo a variável dependente objetiva (endividamento real) pelo construto subjetivo atitude ao endividamento (AE). A condução deste teste justifica-se pela premissa teórica de que, embora correlacionados — conforme evidenciado na análise preliminar ($\rho = 0,536$; $p < 0,05$) —, o comportamento efetivo e a predisposição psicológica são fenômenos distintos (Davies; Lea, 1995).

Segundo Davies e Lea (1995), a atitude favorável não implica necessariamente a materialização imediata da dívida, mas sinaliza uma tolerância maior ao risco e uma propensão ao consumo financiado. No contexto desta pesquisa, a substituição da variável dependente visa verificar se a ausência de associação significativa da personalidade observada no modelo anterior (endividamento real) persiste quando se observa a predisposição psicológica ou se é uma consequência das travas institucionais do crédito consignado.

A literatura sugere que, em contextos em que a decisão é menos restringida, os fatores psicológicos tendem a emergir com mais força (Brown; Taylor, 2014). Assim, ao testar a

Hipótese 4 (H4) com a variável AE, busca-se isolar o efeito da personalidade sobre a predisposição psicológica, livre das restrições de margem e consignação que limitam o endividamento real.

Conforme detalhado nos procedimentos metodológicos e evidenciado nos testes de diagnóstico (Apêndice B), a estimação inicial por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) revelou a violação do pressuposto de normalidade dos resíduos. Para corrigir essa distorção e garantir a validade das inferências, aplicou-se a transformação de Box-Cox na variável dependente, resultando em um parâmetro $\lambda = 0,5353$. Dessa forma, o modelo final analisado é não linear, tendo como variável resposta a atitude ao endividamento transformada.

A Tabela 8 apresenta os coeficientes do modelo ajustado. O modelo manteve sua significância global ($F = 6,75$; $p < 0,001$) e apresentou um poder explicativo (R^2 ajustado) de 0,3709, indicando que as variáveis independentes explicam aproximadamente 37% da variação na propensão psicológica dos servidores ao endividamento.

Tabela 8 - Teste de sensibilidade: Atitude ao endividamento (AE)

Variável	Coefficiente	Erro padrão	t	p-valor	IC 95%
EXT	0,1839789	0,0479211	3,84	0,000	[0,0894; 0,2785]
AMAB	-0,0824564	0,0546204	-1,51	0,133	[-0,1902; 0,0253]
CONSC	-0,1864971	0,0534113	-3,49	0,001	[-0,2919; -0,0810]
NEURO	0,0303277	0,0496656	0,61	0,542	[-0,0676; 0,1283]
ABEXP	-0,0048029	0,0447718	-0,11	0,915	[-0,0931; 0,0835]
ID	0,0575068	0,0223464	2,57	0,011	[0,0134; 0,1016]
GEN					
Masculino	-0,9388273	0,5555533	-1,69	0,093	[-2,0352; 0,1576]
EC					
Divorciado(a) ou separado(a)	-0,9477787	0,6843659	-1,38	0,168	[-2,2984; 0,4028]
Solteiro(a)	-0,3542266	0,5499969	-0,64	0,520	[-1,4397; 0,7312]
Viúvo(a)	-2,5524630	1,3912160	-1,83	0,068	[-5,2981; 0,1932]
ESC					
Graduação	0,5448057	0,6801124	0,80	0,424	[-0,7997; 1,8870]
Pós-graduação	-2,1683180	0,6288067	-3,45	0,001	[-3,4093; -0,9272]
EDFIN					
Satisfatória	-0,1136346	0,5666208	-0,20	0,841	[-1,2319; 1,0046]
RPOUP	0,9759002	3,2148950	0,30	0,762	[-5,3690; 7,3208]
IMPUL	0,1726017	0,0847763	2,04	0,043	[0,0052; 0,3399]
GASTFR	-0,0079243	0,1088520	-0,07	0,942	[-0,2227; 0,2069]
RENEG	0,1740684	0,1100865	1,58	0,116	[-0,0431; 0,3913]
SITFIN	-0,0828497	0,0801586	-1,03	0,303	[-0,2410; 0,0753]
PREOC	-0,0949315	0,0869758	-1,09	0,277	[-0,2767; 0,0865]
VLRMIN	-0,0614198	0,1035619	-0,59	0,554	[-0,2658; 0,1429]
Constante	8,6308730	1,9777640	4,36	0,000	[4,7275; 12,5342]

Fonte: Dados da pesquisa. Nota: Variável dependente: Atitude ao Endividamento (transformada por Box-Cox, $\lambda = 0,5353$). Coeficientes em negrito indicam significância estatística ao nível de 5% ($p < 0,05$). Legenda: EXT: Extroversão; AMAB: Amabilidade; CONSC: Conscienciosidade; NEURO: Neuroticismo; ABEXP: Abertura à Experiência; ID: Idade; GEN: Gênero; EC: Estado civil; ESC: Escolaridade; EDFIN: Educação financeira; RPOUP: Renda Poupada; IMPUL: Compras por impulso; GASTFR: Gastos além da renda; RENEG: Renegociação de dívidas; SITFIN: Autopercepção da situação financeira; PREOC: Preocupação Financeira; VLRMIN: Pagamento Mínimo da Fatura.

Os resultados deste modelo evidenciam um comportamento distinto dos preditores em relação à análise do endividamento real. Diferentemente do observado no modelo anterior, os traços de personalidade mostraram-se estatisticamente relevantes para explicar a predisposição psicológica, confirmando a Hipótese 4 (H4) de que características de personalidade estão associadas à atitude ao endividamento.

Especificamente, a extroversão (EXT) apresentou uma associação positiva e estatisticamente significativa ($p < 0,001$). Considerando a natureza não linear do modelo, a interpretação do coeficiente (0,1840) indica que, mantidas constantes as demais variáveis, um aumento na intensidade da extroversão está associado a uma elevação na propensão psicológica à dívida. Esse achado corrobora estudos como os de Brown e Taylor (2014) e Greene, Shy e Stavins (2023), que associam indivíduos extrovertidos a uma maior orientação para o consumo social e menor aversão ao risco financeiro.

Em sentido oposto, a conscienciosidade (CONSC) apresentou relação negativa significativa na variável transformada (Coef. = $-0,1865$; $p = 0,001$), indicando que servidores com maior nível de organização e disciplina tendem a apresentar menores escores de atitude favorável à dívida. Esse resultado alinha-se aos achados de Camargo e Domingos (2021), que apontam a conscienciosidade como um 'fator de proteção' psicológica, ligado ao autocontrole e ao planejamento de longo prazo.

Além da personalidade, o modelo confirmou a consistência de fatores comportamentais e sociodemográficos. A variável Compras por impulso (IMPUL) associou-se positivamente à atitude ao endividamento ($p=0,043$), reforçando a conexão teórica entre impulsividade e predisposição ao crédito. Já a escolaridade manteve seu papel protetor: servidores com pós-graduação apresentaram uma atitude significativamente menos favorável à dívida (Coef. = $-2,1683$; $p = 0,001$) em comparação aos de nível médio.

Em síntese, o teste de sensibilidade revela uma dissociação fundamental: enquanto o endividamento real (ER) mostrou-se regido por fatores estruturais (idade, ciclo de vida), a atitude ao endividamento (AE) é fortemente influenciada pela personalidade. Isso sugere que os traços psicológicos moldam o desejo e a predisposição ao crédito, mas a efetivação dessa dívida no consignado é limitada pelas regras institucionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre o endividamento por crédito consignado e os traços de personalidade entre servidores públicos, contrastando esses resultados com a atitude ao endividamento. A análise integrou dados objetivos de relatórios institucionais com dados coletados via questionário, o que permitiu uma abordagem dual entre o comportamento efetivo e a predisposição psicológica.

Em síntese, os resultados indicam que os traços de personalidade estão associados à forma como os indivíduos percebem e avaliam o endividamento, mas não necessariamente sua concretização no contexto do crédito consignado. Demonstra-se empiricamente que os traços de personalidade apresentam associação significativa com a predisposição psicológica, mas não a sua materialização quando o crédito possui forte estrutura institucional. Os resultados sugerem que a estrutura do crédito consignado, com suas regras contratuais e limites de margem, atua como uma barreira institucional que neutraliza a influência do comportamento. Nesse contexto, as regras formais de concessão e a rigidez contratual se sobrepõem aos impulsos derivados dos traços de personalidade.

Observa-se que a materialização da dívida no setor público é determinada majoritariamente por fatores estruturais e sociodemográficos. A associação positiva encontrada com a idade dialoga com a perspectiva do ciclo de vida, indicando que o acúmulo de compromissos e a ampliação da margem consignável ao longo da carreira são preditores mais fortes do que as características psicológicas. Por outro lado, a escolaridade, especificamente a pós-graduação, atua como fator de proteção, associada a menores níveis de comprometimento de renda. Tais constatações implicam a necessidade de políticas de educação financeira contínuas ao longo da carreira do servidor, visando mitigar a vulnerabilidade que cresce com o tempo de serviço e a ampliação da margem consignável.

Quanto à predisposição psicológica, confirma-se que a personalidade exerce papel relevante na atitude. A extroversão associa-se a uma postura mais favorável ao endividamento, sugerindo maior propensão ao consumo social, resultado reforçado pela associação positiva encontrada com a variável de compras por impulso. Enquanto isso, a conscienciosidade apresenta relação inversa, atuando como traço ligado à autodisciplina e ao planejamento. O fato de a personalidade influenciar a atitude, mas não a dívida real, sugere uma relação indireta, explicando a divergência entre a intenção comportamental e a efetivação da dívida em modalidades reguladas.

Verifica-se também que o conhecimento financeiro atua como redutor de vulnerabilidade. O grupo com nível satisfatório de educação financeira apresentou indicadores inferiores tanto para o endividamento real quanto para a atitude favorável à dívida. Isso indica que o domínio de conceitos financeiros básicos instrumentaliza o servidor a tomar decisões mais conscientes, servindo como barreira cognitiva contra o endividamento excessivo.

O presente estudo apresenta contribuições que podem ser observadas nos eixos teórico, prático e social.

Sob a perspectiva teórica a pesquisa apresenta uma abordagem metodológica que confronta a predisposição psicológica com dados objetivos de endividamento real extraídos de relatórios institucionais. O estudo também contribui ao demonstrar empiricamente que o crédito consignado atua como um mecanismo de neutralização comportamental, no qual suas travas institucionais e limites de margem se sobrepõem aos impulsos derivados dos traços de personalidade.

No âmbito prático e institucional os achados fornecem insumos para a formulação de políticas de gestão de pessoas no DMAE. Constatou-se que o endividamento real é impulsionado majoritariamente por fatores estruturais ligados ao ciclo de vida, apontando para a necessidade de políticas de educação financeira contínuas. Além disso, a pesquisa confirmou que o conhecimento financeiro atua como redutor de vulnerabilidade, servindo como barreira cognitiva contra o endividamento excessivo.

Como contribuição social o trabalho atua na conscientização e prevenção do superendividamento no funcionalismo público, estimulando a autorreflexão dos servidores acerca de seus hábitos financeiros e da proteção da renda familiar.

No que tange às limitações, deve-se considerar que o desenho transversal da pesquisa permite identificar associações, mas não estabelecer causalidade estrita entre as variáveis. Além disso, a relação entre personalidade e atitude demonstrou natureza não linear, o que exige cautela na extrapolação direta dos resultados para contextos em que o crédito não possua as mesmas travas institucionais do consignado.

Sugere-se a realização de estudos para investigar a relação dos traços de personalidade com modalidades de crédito menos rígidas, como cartão de crédito e cheque especial, onde a ausência de travas institucionais pode permitir que a impulsividade e os traços de personalidade exerçam impacto direto e significativo na materialização da dívida. Recomenda-se, ainda, estudar variáveis que expliquem com maior precisão a variação do endividamento efetivo, para além das características intrínsecas do indivíduo.

REFERÊNCIAS

- ALI, Fayaz; TAUNI, Muhammad Zubair; ALI, Ayaz. The Big Five dyad congruence and compulsive buying: a case of service encounters. **Journal of Retailing and Consumer Services**, v. 68, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.jretconser.2022.103007>
- ALVES, Mylena Barreiros Epifânio; CARVALHO, Ana Barreiros de. Finanças pessoais: um estudo sobre a relação entre o conhecimento de gestão financeira e o nível de endividamento pessoal. **Revista Valore**, Volta Redonda, v. 5, p. 340–354, 2020. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/867/645>. Acesso em: 23 out. 2024. <https://doi.org/10.22408/rev502020867340-354>
- AMORIM, Daniela. **Proporção de famílias endividadas cai a 76,7% em dezembro, diz CNC**. CNN Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/proporcao-de-familias-brasileiras-endividadas-cai-a-767-em-dezembro-aponta-cnc/>. Acesso em: 1 abr. 2025.
- ANAJUSTRA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL. **Uma reflexão sobre o endividamento do brasileiro**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://anajustrafederal.org.br/noticias/financas/2025/05/uma-reflexao-sobre-o-endividamento-do-brasileiro>. Acesso em: 29 jan. 2026.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim responsabilidade social e ambiental do sistema financeiro: educação financeira na agenda da responsabilidade social empresarial**. 2009. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/bolrsa200902.pdf>. Acesso em: 29 out. 2024.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Conheça os tipos de empréstimos disponíveis para consumidores de serviços financeiros**. 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/227/noticia>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Empréstimos consignados: o que é empréstimo consignado**. 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/meubc/faqs/p/o-que-e-emprestimo-consignado>. Acesso em: 9 abr. 2025.
- BERNOULLI, Daniel. Exposition of a new theory on the measurement of risk. **Econometrica**, v. 22, n. 1, p. 23–36, 1954. <https://doi.org/10.2307/1909829>
- BORGHANS, Lex *et al.* The economics and psychology of personality traits. **The Journal of Human Resources**, v. 43, n. 4, 2008. Disponível em: https://jenni.uchicago.edu/papers/Borghans_Duckworth_etal_2008_JHR_v43_n4.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025. <https://doi.org/10.1353/jhr.2008.0017>
- BRASIL. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Decreto n. 17.101, de 16 de maio de 2017**. Diário Oficial do Município, Uberlândia, 2017.
- BROWN, Sarah; TAYLOR, Karl. Household finances and the “Big Five” personality traits. **Journal of Economic Psychology**, v. 45, p. 197–212, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S016748701400083X>. Acesso em: 2 abr. 2025. <https://doi.org/10.1016/j.joep.2014.10.006>

BRUNO, Miguel; GENTIL, Denise Lobato. **Endividamento dos servidores públicos brasileiros: armadilhas da expropriação salarial impulsionada pelo próprio Estado**. Brasília: Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado, 2022. Disponível em: <https://www.sinait.org.br/storage/landing-pages/reforma/caderno33.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2025.

CAMARGO, Fabiane Kennya de; DOMINGOS, Reinaldo. A influência dos traços de personalidade no comportamento financeiro dos indivíduos. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 1, p. 111–132, 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/comportamento-financeiro>. Acesso em: 9 abr. 2025.
<https://doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/administracao/comportamento-financeiro>

CAMPARA, Jéssica Pulino; VIEIRA, Kelmara Mendes; CERETTA, Paulo Sergio. Entendendo a atitude ao endividamento: fatores comportamentais e variáveis socioeconômicas o determinam. **Revista Eletrônica de Ciências Administrativas (RECADM)**, Curitiba, n. 1, p. 5–24, 2016. <https://doi.org/10.21529/RECADM.2016002>

CARMO, Alinne Aparecida Camilo do. **Finanças pessoais, crédito consignado e qualidade de vida: Um estudo sobre a situação dos servidores técnico-administrativos de uma IFES**. 2023. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Alfena, Varginha, 2023.

CLAUDINO, Lucas Paravizo *et al.* **Educação financeira e endividamento: um estudo de caso com servidores de uma instituição pública**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Fortaleza. Anais... Fortaleza, 2009. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1029>. Acesso em: 30 ago. 2024.

CNC – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Inadimplência volta a crescer**. 2025. Disponível em: <https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2025/08/Relatorio-Peic-jul25.pdf/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

COSTA, Renata Borges da *et al.* **Otimismo e excesso de confiança: um estudo do perfil comportamental dos indivíduos à luz das finanças comportamentais**. Seminários em Administração, São Paulo, v. 2, p. 1–16, 2009.

DAVIES, Emma; LEA, Stephen. Student attitudes to student debt. **Journal of Economic Psychology**, v. 16, n. 4, p. 663–679, 1995. [https://doi.org/10.1016/0167-4870\(96\)80014-6](https://doi.org/10.1016/0167-4870(96)80014-6)

DIÁRIO DE UBERLÂNDIA. **Reajuste no salário dos servidores municipais deve ser votado pela Câmara nesta terça (26)**. Uberlândia, 2024. Disponível em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/35419/reajuste-no-salario-dos-servidores-municipais-deve-ser-votado-pela-camara-nesta-terca-26>. Acesso em: 9 abr. 2025.

FERREIRA, Elvira Cruvinel. **Conheça os tipos de empréstimos disponíveis para consumidores de serviços financeiros**. Banco Central do Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/227/noticia>. Acesso em: 20 maio 2025.

FLORES, Silvia Amélia Mendonça; VIEIRA, Kelmara Mendes; CORONEL, Daniel Arruda. Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento. **Revista de Administração FACES Journal**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 13–35, 2013. Disponível em: <https://revista.fumec.br/index.php/facesp/article/view/808>. Acesso em: 8 out. 2024.

FLORES, Silvia Amélia Mendonça; VIEIRA, Kelmara Mendes; CORONEL, Daniel Arruda. **Propensão ao endividamento e percepção de risco: o caso dos servidores públicos da UFSM**. In: XXXII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2012, Bento Gonçalves. Anais... Bento Gonçalves, 2012. Disponível em: https://abepro.org.br/biblioteca/enegep2012_tn_sto_159_929_19865.pdf. Acesso em: 23 fev. 2025.

FREITAS, Roberta; WILHELM, Lissandro. Finanças comportamentais: análise do perfil dos clientes em relação aos seus investidores. **Revista de Administração da USJ – Ciências, Sociedade e Organização**, Santa Catarina, v. 1, n. 1, 2013.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

GARMAN, E. Thomas; FORGUE, Raymond E. **Personal finance**. 9. ed. Boston: Cengage Learning, 2008. 678 p.

GREENE, Claire; SHY, Oz; STAVINS, Joanna. **Personality traits and financial outcomes**. Federal Reserve Bank of Boston, v. 23, n. 4, 2023. <https://doi.org/10.29412/res.wp.2023.04>

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

GOLDBERG, Lewis R. The structure of phenotypic personality traits. **American Psychologist**, v. 48, n. 1, p. 26, 1993. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.48.1.26>

GONÇALVES, Guilherme Campos. **Endividamento pessoal: uma análise a partir da utilização do crédito consignado por servidores públicos**. 2021. Dissertação – Brasília, 2021.

GUIMARÃES, Sinara; GONÇALVES, Rosiane Maria Lima; MIRANDA, Ingrid de Andrade. Propensão ao risco de endividamento excessivo dos servidores federais: um estudo na Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**, São Gotardo, v. 2, n. 2, p. 24–49, 2015. Disponível em: <https://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/view/228>. Acesso em: 9 abr. 2025.

HALFELD, Mauro; TORRES, Fábio de Freitas Leitão. Finanças comportamentais: aplicações no contexto brasileiro. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, n. 2, p.

64–71, 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rae/a/NVz5sP8xXVj94PhSWrNdHTj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 abr. 2025. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902001000200007>

HUSTON, Sandra J. Measuring financial literacy. **Journal of Consumer Affairs**, v. 44, p. 271–429, jun. 2010. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1945216>. Acesso em: 1 dez. 2024. <https://doi.org/10.2139/ssrn.1945216>

HUTZ, Cláudio S. *et al.* O desenvolvimento de marcadores para a avaliação da personalidade no modelo dos cinco grandes fatores. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 11, n. 2, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000200015>. Acesso em: 10 mar. 2025. <https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000200015>

IDEC – INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. **Os impactos do crédito consignado no endividamento de aposentados do INSS**. 2021. Disponível em: <https://guiadosbancosresponsaveis.org.br/media/wyhdmvvy/consignado-corrigida.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O que é inflação**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 9 abr. 2025.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do saneamento 2024**. 2024. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento-2024/>. Acesso em: 13 maio 2025.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Prospect theory: an analysis of decision under risk. **Econometrica**, v. 47, n. 2, p. 263–292, 1979. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1914185>. Acesso em: 1 abr. 2025. <https://doi.org/10.2307/1914185>

KLAPPER, Leora; LUSARDI, Annamaria; OUDHEUSDEN, Peter van. **Financial literacy around the world: insights from the Standard & Poor's ratings services global financial literacy survey**. 2015. Disponível em: https://gflec.org/wp-content/uploads/2015/11/Finlit_paper_16_F2_singles.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. 216 p. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026580/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

LEÃO, Ana Paula Camboim; FERNANDES, Raquel de Aragão Uchoa; MARTINS, Marcelo Machado. Empréstimos consignados e endividamento familiar: estudo junto a servidores/as públicos/as federais em Pernambuco. **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 27, n. 2, p. 52–174, 2016.

LI, Yuan (William) *et al.* Human psychology as a driver of tourism development: the effect of regional personality traits. **Annals of Tourism Research**, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2024.103852>. Acesso em: 15 nov. 2024.

LIMA, Murillo Valverde. Um estudo sobre finanças comportamentais. **RAE-eletrônica**, v. 2, n. 1, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/raeel/a/4VRqLpgZyFScttVyJGzcB6b/>. Acesso em: 31 mar. 2025. <https://doi.org/10.1590/S1676-56482003000100004>

MACEDO, Thiago Aurélio Teodoro. **Endividamento e uso de crédito consignado: um olhar sobre a realidade do servidor público da federal da UNIVASF**. 2023. Dissertação (Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP) – Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2023.

MALLMANN, Estela Isabel *et al.* **Finanças pessoais: análise dos gastos e da propensão ao endividamento em estudantes de Administração**. In: XII SEMEAD: Empreendedorismo e Inovação, 2009, São Paulo. Anais... São Paulo, 2009.

MARANGONI, Thiago Vicente Barbosa. **O uso da contabilidade na educação financeira: uma ferramenta útil para a gestão financeira pessoal**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2017. Disponível em: https://bdm.ufmt.br/bitstream/1/233/1/TCC_2017_Thiago%20Vicente%20Barbosa%20Marangoni.pdf. Acesso em: 7 abr. 2025.

MCCRAE, Robert R.; COSTA, Paul T. Validation of the five-factor model of personality across instruments and observers. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 52, n. 1, p. 81, 1987. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.52.1.81>

MINELLA, João Marcos *et al.* A influência do materialismo, educação financeira e valor atribuído ao dinheiro na propensão ao endividamento de jovens. **Gestão & Planejamento**, Salvador, v. 18, p. 182–201, 2017. <https://doi.org/10.21714/2178-8030gep.v18.4257>

NETO, Alexandre Assaf. **Mercado financeiro**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2021. <https://doi.org/10.21714/2179-8834/2017v22n1p63-82>

NETO, Luiz Alves da Silva Cruz *et al.* Atitude ao endividamento e comportamento de gestão financeira do consumidor. **Reuna**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 63–82, 2017. Disponível em: <https://revistas.una.br/reuna/article/view/861>. Acesso em: 13 maio 2025.

NUNES, Maiana Farias Oliveira; NORONHA, Ana Paula Porto. Relações entre interesses, personalidade e habilidades cognitivas: um estudo com adolescentes. **Revista Psico**, v. 14, n. 2, p. 131–141, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/6XbqQ4FBRYHz9zdx7Cv9jbH/>. Acesso em: 2 abr. 2025. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712009000200002>

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Recommendation of the Council on Financial Literacy**. 2020. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0461>. Acesso em: 30 ago. 2024.

PACHECO, Greicy Bainha. **Atitude ao endividamento, personalidade e conhecimento financeiro: um estudo com os servidores da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2017. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

PACHECO, Greicy Bainha; CAMPARA, Jéssica Pulino; COSTA JR., Newton Carneiro Affonso da. Traços de personalidade, atitude ao endividamento e conhecimento financeiro: um retrato dos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista de Ciências da Administração**, v. 20, n. 52, p. 54–73, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2018V20n52p54>. Acesso em: 15 nov. 2024. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2018V20n52p54>

PARISE, Gianpaolo; PEIJNENBURG, Kim. **Understanding the determinants of financial outcomes and choices: the role of noncognitive abilities**. BIS Working Papers, n. 650, 2017. Disponível em: <https://www.bis.org/publ/work640.htm>. Acesso em: 1 abr. 2025.

PASSOS, Maria Fabiana Damásio. **Elaboração e validação de escala de diferencial semântico para avaliação de personalidade**. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/17993>. Acesso em: 2 abr. 2025.

PIRES, Valdemir. **Finanças pessoais: fundamentos e dicas**. Piracicaba: Editora Equilíbrio, 2006. 114 p.

PRADO, Marina Bagatin de Souza Moreira do. **Endividamento familiar: um estudo de caso com os servidores públicos da Universidade Federal do Paraná**. 2022. Dissertação (Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

SANTOS, Allisson Silva dos *et al.* O modelo Big Five de personalidade e a educação financeira entre estudantes de instituições federais de João Pessoa-PB. **Revista Interface**, v. 20, n. 2, 2023. Disponível em: <https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/interface/article/view/1184>. Acesso em: 3 abr. 2025.

SARWAR, Danish *et al.* Relationship of the Big Five personality traits and risk aversion with investment intention of individual investors. **Journal of Asian Finance, Economics and Business**, v. 7, n. 12, p. 819–829, 2020. Disponível em: <https://koreascience.or.kr/article/JAKO202034651879444.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024. <https://doi.org/10.13106/jafeb.2020.vol7.no12.819>

SHEFRIN, Hersh. Behavioral corporate finance. **Journal of Applied Corporate Finance**, v. 14, n. 3, 2001. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=288257. Acesso em: 2 abr. 2025. <https://doi.org/10.1111/j.1745-6622.2001.tb00443.x>

SILVA, Ana Karine Paulino da. **Finanças pessoais: um estudo sobre a educação financeira e o endividamento dos servidores da Universidade Federal do Ceará**. 2019. Monografia (Finanças) – Universidade Federal do Ceará, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/60314>. Acesso em: 1 abr. 2025.

SILVA, Izabella Brito; NAKANO, Tatiana de Cássia. Modelo dos cinco grandes fatores da personalidade: análise de pesquisas. **Avaliação Psicológica**, v. 10, n. 1, p. 51–62, 2011. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1677-04712011000100006. Acesso em: 3 abr. 2025.

SILVA, Juliana Marçal da; GOIS, Marcos Roberto. **Crédito consignado e o risco de endividamento: perfil dos servidores e diagnóstico na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)**. Revista dos Mestrados Profissionais – RMP, Recife, v. 1, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/RMP/article/view/246021>. Acesso em: 27 abr. 2025.

SOUZA, Eliane Alves de. **A educação financeira contra a armadilha do endividamento dos funcionários públicos pelo empréstimo consignado**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 3, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/13185>. Acesso em: 4 abr. 2025.
<https://doi.org/10.51891/rease.v10i3.13185>

APÊNDICE A - Questionário de pesquisa

1. Está de acordo com o TCLE?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

PERFIL DEMOGRÁFICO

2. Qual seu gênero?

Marcar apenas uma oval.

☐ Feminino

☐ Masculino

☐ Neutro (a)

☐ Não declarado (a)

3. Qual sua idade em anos?

4. Qual seu estado civil?

Marcar apenas uma oval.

☐ Solteiro (a)

☐ Casado (a) / união estável

☐ Divorciado (a) ou separado (a)

☐ Viúvo (a)

5. Qual seu nível de escolaridade?

Marcar apenas uma oval.

☐ Até o Ensino Médio

☐ Graduação

☐ Especialização

☐ Mestrado

☐ Doutorado

6. Qual sua renda bruta mensal em reais?

PERFIL FINANCEIRO

7. Atualmente você possui crédito consignado?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

8. Qual o valor descontado em folha relativo a crédito consignado?

Marcar apenas uma oval.

☐ Não possuo crédito consignado

☐ Até R\$ 500,00

☐ De R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00

- ☐ De R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00
- ☐ De 1.501,00 a R\$ 2.000,00
- ☐ De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00
- ☐ Acima de R\$ 3.000,00

9. Quais são as suas principais dívidas?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Empréstimo Consignado
- ☐ Financiamento de Imóveis
- ☐ Prestação de Veículo
- ☐ Cheque especial (Limite da Conta Corrente)
- ☐ Cartão de crédito
- ☐ Outro (especificar):

10. Por quais motivos você contraiu ou contrairia crédito consignado?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Para pagamento de dívidas com cartão de crédito
- ☐ Para pagamento de outras dívidas
- ☐ Para cobrir emergências familiares (tratamento de saúde, conserto do veículo ou do imóvel, etc)
- ☐ Para aquisição ou reforma de imóvel
- ☐ Para ajudar financeiramente parentes ou pessoas próximas
- ☐ Para pagar atividades de lazer, bem estar ou viagens
- ☐ Para realizar eventos familiares (aniversário, casamento, formatura)
- ☐ Para realizar tratamentos estéticos (cirurgia plástica)
- ☐ Para realizar cursos em instituições de ensino
- ☐ Para comprar eletrodomésticos ou outros bens duráveis
- ☐ Outro (especificar):

11. Em média, quanto da sua renda familiar você conseguiu guardar por mês, em porcentagem?

12. Como você planeja os gastos?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Estabeleço um teto máximo de gastos
- ☐ Defino prioridades para os gastos
- ☐ Vou gastando até terminar o salário
- ☐ Vou gastando até usar todo o limite do cartão de crédito
- ☐ Não costumo realizar nenhum planejamento

13. Como você acompanha os gastos?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Analisando todos os lançamentos nas faturas de cartão de crédito
- ☐ Acompanhando o saldo da conta corrente
- ☐ Anotando todos os gastos mensais em planilha ou caderno
- ☐ Comparando os gastos com o orçamento
- ☐ Não costumo realizar nenhum acompanhamento
- ☐ Outro (especificar):

Nas afirmações 14 a 19 indique seu grau de concordância com cada uma dessas afirmativas, atribuindo nota de 0 a 10 (podem ser usadas casas decimais), sendo a nota 0: total DISCORDÂNCIA e a nota 10: total CONCORDÂNCIA com cada delas.

- 14. Costumo realizar compras por impulso.**
- 15. Costumo gastar além da renda disponível.**
- 16. Frequentemente preciso renegociar dívidas ou contas atrasadas.**
- 17. Minha situação financeira é muito boa (não tenho dívidas).**
- 18. Estou preocupado com minha situação financeira.**
- 19. Com frequência pago apenas o valor mínimo da fatura do cartão de crédito.**

ATITUDE AO ENDIVIDAMENTO

Nas afirmações 20 a 28 indique seu grau de concordância com cada uma dessas afirmativas, atribuindo nota de 0 a 10 (podem ser usadas casas decimais), sendo a nota 0: total DISCORDÂNCIA e a nota 10: total CONCORDÂNCIA com cada delas.

- 20. Não é errado gastar mais do que ganho.**
- 21. Acho normal as pessoas ficarem endividadas para pagar suas coisas.**
- 22. As pessoas não ficariam desapontadas comigo, mesmo que soubessem que eu tenho dívida.**
- 23. Não tem problema gastar mesmo sem ter juntado dinheiro antes.**
- 24. Prefiro comprar parcelado a esperar ter dinheiro para comprar à vista.**
- 25. Prefiro pagar parcelado mesmo que no total seja mais caro.**
- 26. Eu não sei exatamente quanto devo em lojas, cartão de crédito ou banco.**
- 27. Não é importante saber controlar os gastos da minha casa.**
- 28. Não tem problema ter dívida se eu sei que posso pagar.**

TRAÇOS DE PERSONALIDADE

Atribua uma nota de 0 a 10 para cada uma das questões a seguir, sendo que as notas mais próximas a 0 indicam DISCORDÂNCIA e próximas a 10 indicam CONCORDÂNCIA (podem ser usadas casas decimais).

- 29. Não me considero uma pessoa reservada.**
- 30. Fico nervoso facilmente.**

- 31. Geralmente confio nas pessoas
- 32. Insisto até concluir a tarefa ou trabalho
- 33. Me considero uma pessoa sociável e extrovertida.
- 34. Sou tenso e tenho dificuldade para lidar com o estresse.
- 35. Não costumo ser crítico com os outros.
- 36. Não costumo ser preguiçoso.
- 37. Tenho muitos interesses artísticos
- 38. Tenho uma imaginação fértil

TESTE DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

39. Suponha que você tenha algum dinheiro. Você considera mais seguro colocá-lo em um negócio ou investimento, ou colocá-lo em várias empresas ou investimentos?

Marcar apenas uma oval.

- () Um negócio ou investimento
- () Várias empresas ou investimentos;
- () Não sei;

40. Suponha que ao longo dos próximos 10 anos os preços das coisas que você compra dupliquem. Se o seu rendimento também duplicar, você será capaz de comprar menos do que você pode comprar hoje, o mesmo que você pode comprar hoje, ou mais do que você pode comprar hoje?

Marcar apenas uma oval.

- () Menos;
- () O mesmo;
- () Mais;
- () Não sei;

41. Suponha que você precise pegar emprestados R\$100,00. Quando for pagar essa dívida, qual o valor mais barato: R\$105,00 ou R\$100,00, mais três 3%?

Marcar apenas uma oval.

- () R\$105,00;
- () R\$100,00 mais 3%;
- () Não sei;

42. Suponha que você coloque seu dinheiro no banco por dois anos e que o banco deposite um juros de 15% ao ano na sua conta. Será que o banco irá adicionar mais dinheiro para a sua conta no segundo ano do que adicionou no primeiro ano, ou vai adicionar a mesma quantidade de dinheiro ambos os anos?

Marcar apenas uma oval.

- () Mais;
- () O mesmo;

() Não sei;

43. Suponha que você tenha R\$100,00 em uma conta poupança e o banco adiciona um juro de 10% ao ano na conta. Quanto dinheiro você terá na conta depois de cinco anos se você não remover qualquer dinheiro da conta?

Marcar apenas uma oval.

() Mais de R\$150,00;

() Exatamente R\$150,00;

() Menos de R\$150,00;

() Não sei;

44. Deixe o seu e-mail para receber os resultados da pesquisa.

APÊNDICE B - Testes diagnósticos e tabelas complementares

Tabela B.1 - Teste de normalidade das variáveis (Shapiro–Francia)

Variável	N	W'	z	p-valor
ATITUDE AO ENDIVIDAMENTO	202	0,9756	2,871	0,0021
ENDIVIDAMENTO REAL	202	0,9688	3,377	0,0004
EXTROVERSÃO	202	0,9754	2,891	0,0019
AMABILIDADE	202	0,9779	2,666	0,0038
CONSCIENCIOSIDADE	202	0,9772	2,736	0,0031
NEUROTICISMO	202	0,9801	2,454	0,0071
ABERTURA À EXPERIÊNCIA	202	0,9766	2,788	0,0027
IDADE	202	0,9426	4,642	<0,001
RENDA MENSAL POUPADA	201	0,8184	7,014	<0,001
IMPULSO	202	0,9895	1,123	0,1308
GASTO FORA	202	0,9776	2,694	0,0035
RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS	202	0,9707	3,248	0,0012
SITUAÇÃO FINANCEIRA	202	0,9800	2,456	0,0070
PREOCUPAÇÃO FINANCEIRA	202	0,9715	3,197	0,0014
VALOR MÍNIMO DA FATURA	202	0,9475	4,456	<0,001

Fonte: Dados da pesquisa. Nota: N refere-se ao número de observações; W ao estatístico do teste; z ao valor padronizado; p-valor indica o nível de significância estatística.

Tabela B.2 - Diagnóstico de multicolinearidade (VIF) – Modelo endividamento real

Variável	VIF	1/VIF
EXTROVERSÃO	1,23	0,814185
AMABILIDADE	1,15	0,867924
CONSCIENCIOSIDADE	1,39	0,716964
NEUROTICISMO	1,22	0,816863
ABERTURA À EXPERIÊNCIA	1,34	0,748478
IDADE	1,72	0,582964
GÊNERO – MASCULINO	1,26	0,794753
ESTADO CIVIL		
EC – DIVORCIADO(A) OU SEPARADO(A)	1,13	0,886169
EC – SOLTEIRO(A)	1,36	0,737754
EC – VIÚVO(A)	1,08	0,923516
ESCOLARIDADE		
ESCOLARIDADE – GRADUAÇÃO	1,45	0,691038
ESCOLARIDADE – PÓS-GRADUAÇÃO	2,21	0,451768
EDUCAÇÃO FIN – SATISFATÓRIA	1,77	0,565806
RENDA MENSAL POUPADA	1,56	0,640100
IMPULSO	1,65	0,607535
GASTO FORA	2,74	0,364923
RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS	2,44	0,409421
SITUAÇÃO FINANCEIRA	1,62	0,618165
PREOCUPAÇÃO FINANCEIRA	1,91	0,523955
VALOR MÍNIMO DA FATURA	1,69	0,592383
VIF médio	1,60	

Fonte: Dados da pesquisa. Legenda: EC: Estado civil.

Tabela B.3 - Teste de normalidade dos resíduos do modelo original de Atitude ao Endividamento

Variável	N	W'	z	p-valor
RESÍDUOS	201	0,9825	2,180	0,0146

Fonte: Dados da pesquisa. Nota: A tabela apresenta o teste de normalidade dos resíduos do modelo original estimado para a atitude ao endividamento (AE). N refere-se ao número de observações; W ao estatístico do teste; z ao valor padronizado; p-valor indica o nível de significância estatística.

Tabela B.4 - Diagnóstico de multicolinearidade (VIF) – Modelo Atitude ao Endividamento

Variável	VIF	1/VIF
EXTROVERSÃO	1,23	0,814130
AMABILIDADE	1,16	0,863391
CONSCIENCIOSIDADE	1,37	0,732085
NEUROTICISMO	1,24	0,805570
ABERTURA À EXPERIÊNCIA	1,35	0,743122
IDADE	1,72	0,580149
GÊNERO – MASCULINO	1,25	0,798748
ESTADO CIVIL		
EC – DIVORCIADO(A) OU SEPARADO(A)	1,14	0,879821
EC – SOLTEIRO(A)	1,35	0,741956
EC – VIÚVO(A)	1,09	0,920276
ESCOLARIDADE		
ESCOLARIDADE – GRADUAÇÃO	1,43	0,700737
ESCOLARIDADE – PÓS-GRADUAÇÃO	2,19	0,457277
EDUCAÇÃO FIN – SATISFATÓRIA	1,76	0,568778
RENDAMENTO MENSAL POUPADA	1,64	0,610363
IMPULSO	1,64	0,611496
GASTO FORA	2,70	0,370844
RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS	2,41	0,414182
SITUAÇÃO FINANCEIRA	1,61	0,621647
PREOCUPAÇÃO FINANCEIRA	1,89	0,529662
VALOR MÍNIMO DA FATURA	1,68	0,596370
VIF médio	1,59	

Fonte: Dados da pesquisa. Legenda: EC: Estado civil.